



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Campo Grande

2022

- Aprovado pela Deliberação CE-UEMS N° 362, de 14 de julho de 2022.

- Homologado pela Resolução CEPE-UEMS N° 2.450, de 30 de agosto de 2022.

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	
2.	COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REFORMULAÇÃO DO PROJETO.....	
3.	INTRODUÇÃO.....	
4.	CONCEPÇÃO DE CURSO.....	
4.1.	Objetivos Geral e Específicos.....	
4.2.	Perfil do Egresso.....	
4.3.	Competências e Habilidades.....	
4.4.	Sistema de Avaliação.....	
4.4.1.	Avaliação do Ensino e Aprendizagem.....	
4.4.2.	Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e do Curso.....	
4.4.3.	Integração entre Teoria e Prática.....	
4.4.4.	Inclusão, Diversidade e Formação Acadêmica.....	
5.	RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.....	
6.	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	
6.1.	Obrigatório.....	
6.2.	Não Obrigatório.....	
7.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC).....	
8.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	
9.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E RESUMO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR.....	
9.1.	Carga Horária a Distância – Ensino a Distância (EAD).....	
9.2.	Atividades para creditação de Extensão.....	
9.3.	Prática como Componente Curricular (PPC).....	
9.4.	Matriz Curricular.....	
10.	TABELA DE EQUIVALÊNCIA.....	
11.	PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR.....	
12.	EMENTÁRIO, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS.....	
13.	REFERÊNCIAS.....	
13.1.	Legislação Geral.....	
13.2.	Legislação Federal sobre os cursos de Graduação e de Licenciatura em História.....	
13.3.	Atos legais inerentes aos Cursos de Graduação da UEMS.....	

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Curso: História

1.2 Modalidade: Licenciatura

1.3 Referência: Reformulação do Projeto Pedagógico, aprovado pela Deliberação CE/CEPE N° 280, de 06 de dezembro de 2017 e homologada pela Resolução CEPE-UEMS N° 1.985, de 20 de junho de 2018, com vistas à adequação à legislação vigente.

1.4 Habilitação: Licenciado em História

1.5 Turno de Funcionamento: Noturno

1.6 Local de Oferta: Campo Grande

1.7 Número de Vagas: 40 (quarenta)

1.8 Regime de Oferta: Presencial

1.9 Forma de Organização: Seriado – Semestral

1.10 Período de Integralização: máximo 07 anos

1.11 Total da Carga Horária: 3.363 horas

1.12 Tipo de Ingresso: Processo Seletivo vigente da UEMS

2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REFORMULAÇÃO DO PROJETO

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso foi realizada pelo Comitê Docente Estruturante (CDE), constituído pela Portaria PROE-UEMS n. 54, de 13 de abril de 2022, tendo como membros:

Profa. Dra. Aline Vanessa Locastre

Prof. Dr. Jocimar Lomba Albanez

Profa. Dra. Manuela Areias Costa (Presidente)

Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco

Profa. Dra. Suzana Arakaki

3. INTRODUÇÃO

A universidade é por excelência o espaço formativo de docência, uma vez que a pesquisa e a relação intrínseca entre teoria e prática, que se constituem nesse espaço são caminhos metodológicos para uma formação de qualidade. Dessa forma, os cursos que a integram necessitam oferecer conhecimentos práticos e teóricos. Em um curso de formação de professores, o seu conjunto de disciplinas ofertadas deve contribuir para essa finalidade,

formando docentes a partir da análise, crítica e proposição de novas maneiras de fazer educação, oferecendo caminhos e métodos para esse processo.

O Curso de História foi implantado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na Unidade Universitária de Amambai, no ano de 2003, e vem desde então cumprindo um papel fundamental na formação de professores para atuarem na educação básica. Além da formação de futuros professores, o curso visa estimular a autonomia intelectual nos campos da docência, pesquisa e extensão, com o propósito de formar docentes/pesquisadores amparados por uma estrutura curricular que os permitam percorrer trajetórias em diferentes frentes de atuação profissional, como museus, arquivos e demais campos de trabalho do historiador. Assim, entende-se que a formação de licenciados em História exige previamente um compromisso com a realidade social brasileira, regional e local. É na Universidade que se formam profissionais para atuar no ensino superior, escolas de ensino fundamental e médio e em instituições culturais e documentais voltadas à preservação da memória individual e coletiva. Cabe ressaltar que nos anos de 2017, 2018 e 2020 o curso foi avaliado pelo “Guia do Estudante” e “Guia da Faculdade”, recebendo quatro estrelas do máximo de cinco.

Portanto, as alterações propostas neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – que será implementado a partir no ano de 2023, concomitantemente ao processo de transferência do Curso de Licenciatura em História da U. U. de Amambai para U. U. de Campo Grande – foram realizadas tendo como premissa o necessário fortalecimento de pesquisas científicas, associação entre teoria e prática, desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante e aproximação e integração entre os cursos de Graduação e Pós-Graduação, vislumbrando assim, a verticalização da formação e do conhecimento histórico. Durante a elaboração deste PPC, considerou-se que as investigações no campo da História têm elegido como pontos essenciais para o aprofundamento teórico na pesquisa e no exercício das atividades de ensino, questões como: diversidade, movimentos sociais, territórios, fronteiras, identidades, direitos humanos, relações étnico-raciais e de gênero, cultura negra e indígena, historiografia, história pública, meio ambiente, tecnologias digitais, ensino de História, memória, patrimônio cultural, sociedade, linguagens, práticas sociais, políticas públicas, prática de pesquisa em arquivos, pensamento decolonial, processos econômicos e políticos. Esses aspectos, que constituem a base do curso de História, requerem estudos aprofundados na esfera da Graduação e Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Em relação aos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de História, constituiu-se no ano de 2014, na U. U. de Amambai, o curso de especialização, oferta única, “Instituições e

Processos Sócio Históricos”, oferecido em conjunto com o curso de Ciências Sociais. Esse curso contribuiu para a aproximação e o diálogo interdisciplinar entre as áreas de História e Ciências Sociais e o fortalecimento de grupos de pesquisa, cadastrados junto ao CNPq nas áreas contempladas. A produção acadêmica desenvolvida por esses grupos de pesquisa contribuiu para a aprovação, no ano de 2015, do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, denominado ProfHistória/UEMS, na área de Ensino de História. O Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História é ofertado em Rede Nacional e conta com 39 núcleos em diferentes universidades do país, estando sob a coordenação nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2020, a sede do Programa transferiu-se da U. U. de Amambai para a U.U. de Campo Grande. O Exame Seletivo Nacional de Acesso ao ProfHistória realizado em 2021, para turma em 2022, teve 42 aprovados. No início de 2022 foi aprovado o plano de Apresentação para Propostas de Cursos Novos (APCN) por membros da coordenação nacional do ProfHistória, visando a implementação do doutorado profissional ofertado em rede nacional. Além de promover a aproximação e integração entre os cursos de Graduação e Pós-Graduação, o ProfHistória/UEMS, alinhado com as demandas nacionais e estaduais voltadas para a qualificação dos professores da Educação Básica, contribui para fortalecer o curso de licenciatura em História, valorizar a UEMS como uma das principais instituições públicas do estado e alcançar metas traçadas no Plano Estadual de Desenvolvimento da Educação em Mato Grosso do Sul.

Para viabilizar um processo de ensino e aprendizagem na área de História de excelência, o PPC proposto conta com um conjunto de disciplinas responsáveis por apresentar conteúdos teóricos e práticas de ensino fundamentais à formação dos acadêmicos. Dessa forma, o ensino de História tem como objetivo uma formação sólida em relação aos conteúdos teóricos, indispensáveis à atuação profissional do futuro professor que, no entanto, devem ser articulados às atividades práticas, a partir das quais os acadêmicos possam construir suas análises à luz de teorias e conceitos específicos da área. Considera-se imprescindível que aulas teóricas sejam operacionalizadas em aulas práticas por meio de atividades desenvolvidas com orientação e supervisão docente.

Entende-se que a realidade social incide na produção de novos saberes e na reformulação de categorias teóricas e analíticas, que devem ser revistas de tempos em tempos para melhor apreensão do universo social e, por conseguinte, na revisão do processo de ensino e aprendizagem. A partir dessa compreensão, iniciaram estudos e debates na comunidade acadêmica com o intuito de reformular o PPC do curso. As discussões foram realizadas no

âmbito do Comitê Docente Estruturante (CDE) e Colegiado de Curso, incluindo participação de docentes e discentes. A proposta de reformulação do PPC buscou se amparar nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História e demais normatizações do Conselho Nacional de Educação, vinculados aos cursos de licenciatura, assim como nas normas internas da instituição. Cabe ressaltar que a reformulação do projeto pedagógico se justifica pelo compromisso de nortear linhas que, além de capacitar, direcionarão os acadêmicos no tocante ao ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, formando profissionais críticos, reflexivos, comprometidos e habilitados a lidar com a diversidade étnico cultural, as relações de gênero, as questões sociais emergentes, as adversidades ambientais e a salvaguarda do patrimônio cultural em instituições de acervos documentais como museus, centros de documentação e arquivos públicos e privados.

O presente projeto pedagógico parte do princípio de que a universidade deve oportunizar o desenvolvimento humano e social não só da comunidade interna, como também externa. Essa possibilidade de trabalho se dará por meio da oferta de eventos, cursos, minicursos e projetos de extensão, visando reflexões socioculturais e discursivas, e propiciando condições para que alunos e comunidade externa possam compreender a sociedade em que estão inseridos e colaborar como sujeitos ativos no desenvolvimento humano e científico em suas comunidades. Para uma matriz curricular mais coerente foram realizadas alterações no currículo do curso e, por conseguinte, realizadas modificações nas ementas das disciplinas e atualização da bibliografia, considerando o acervo bibliográfico disponível na biblioteca da UEMS. A proposta manteve a oferta de algumas disciplinas no formato de Ensino à Distância (EaD), com o acréscimo de uma carga horária para aulas/atividades via plataforma *Moodle* e cadernos de atividade, e uma carga horária específica para a formação teórica e a parte da prática como componente curricular (PCC) em cada disciplina. Além disso, incluiu a creditação da carga horária de extensão, conforme estabelecido na deliberação CE/CEPE-UEMS N° 309, de 30 de abril de 2020. Deliberação que aprovou o regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS, propondo a adequação dos projetos de cursos.

As diferentes disciplinas que integram o curso de História carecem de uma carga horária específica para a formação teórica, imprescindível para o conhecimento de conceitos fundamentais que perpassam a formação do licenciando. Pensando na indissociação entre teoria e prática, os professores das disciplinas que contemplam PCC deverão descrever em seus respectivos Planos de Ensino quais as atividades práticas a serem desenvolvidas

pelos(as) estudantes no decorrer do semestre letivo e como serão orientadas e supervisionadas, respeitando a carga horária prática estipulada para cada disciplina ministrada. O mesmo se aplicará para os Planos de Ensino das disciplinas que possuem uma carga horária de extensão e EaD.

Para promover o contato inicial dos graduandos e graduandas com debates que tratam do ofício do historiador, produção do conhecimento histórico, tempos históricos e fontes documentais, inseriu-se a disciplina “Introdução aos Estudos Históricos”, que contribuirá para o desenvolvimento da pesquisa de TCC. Além dessa modificação, que visa fortalecer as relações entre pesquisa e ensino no trabalho dos futuros docentes de História, inseriu-se na matriz curricular a disciplina “Pesquisa em História”. A disciplina incorporada no novo projeto possibilitará ao estudante conhecer métodos e técnicas de pesquisa em História em diversos espaços, como arquivos e instituições de memória, propiciando, igualmente, conhecimentos necessários para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa na área e, suplementarmente, de ensino e extensão.

Considerando o fundamental fortalecimento da área de ensino de História e a necessidade de reforçar o diálogo e a integração entre o curso de licenciatura e o Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória/UEMS), foram incorporadas as disciplinas “Metodologias no Ensino de História”, “Tecnologias Digitais e Ensino de História” e “História Pública e Ensino de História”, promovendo a ampliação do diálogo entre os campos da História Pública, Tecnologias Digitais e Ensino de História. Tais disciplinas possuem como objetivo a problematização das produções historiográficas sobre ensino de História e a discussão sobre as diferentes concepções do ensino e aprendizagem, os saberes e práticas, as demandas sociais no campo educacional e a aproximação entre o saber acadêmico e o saber escolar.

Cabe ressaltar que o mundo virtual tornou-se parte do cotidiano escolar e acadêmico e, incorporar as ferramentas digitais às práticas docentes, tem sido um grande desafio para a educação brasileira nestas primeiras décadas do século XXI, tanto no ambiente escolar como nas universidades. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) desempenham um papel fundamental na prática de ensino, sendo ferramentas para novas estratégias de aprendizagem e capazes de contribuir de forma significativa para o processo de construção do conhecimento nas diversas áreas. Em relação ao ensino de História, debates sobre o emprego das tecnologias digitais, especialmente os usos da *web*, têm sido desenvolvidos em pesquisas publicadas há mais de uma década. A incorporação das TDICs no ensino de História se insere em um processo dinâmico que oferece diversos recursos,

linguagens e possibilidades de transposição didática no ensino e aprendizagem dessa disciplina. O advento de novas tecnologias de comunicação e informação possibilitou que a produção e difusão do conhecimento histórico pudesse alcançar o grande público. A expansão desses recursos para a divulgação científica, além dos limites acadêmicos, configura a dimensão pública da História e do trabalho dos historiadores. Tal dimensão passou a ser definida como “História Pública” a partir do final da década de 1960.

No tocante à ampliação da noção da “diversidade” e do “dever à memória” na área de História, a recente agenda cultural e patrimonial, pautada em legislações que se articulam ao reconhecimento da memória e das expressões culturais protagonizadas por grupos antes silenciados, e as atuais políticas públicas educacionais, sobretudo a partir da aprovação das leis 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas, e 11.645/08, que incluiu no currículo o ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas, repercutem no campo educativo, refletindo nos cursos de formação de professores. A busca pela positivação e valorização das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras, indígenas e americanas, sobretudo latino-americanas, rompe com o ensino centrado na História europeia e de uma elite dominante, disseminado a partir do século XIX, durante o processo de disciplinarização da História no Brasil.

Portanto, buscou-se neste PPC acompanhar as transformações educacionais, as novas políticas públicas e demandas no cenário educacional e os renovados debates da historiografia brasileira e estrangeira. Os novos paradigmas teóricos e historiográficos e as atuais demandas socioculturais exigem conhecimentos, pesquisas e abordagens diferenciadas na área da História. Considerando essas questões, foram incorporados conteúdos que abordam temas como diversidade racial, cultural, regional e de gênero, contribuindo para um processo de ensino e aprendizagem que priorize uma História realmente plural, que crie novas representações sobre o protagonismo negro e indígena, e os movimentos populares na América Latina, compreendendo as experiências em perspectiva transnacional. Essas questões serão contempladas sobretudo nas disciplinas de “Patrimônio Cultural e Ensino de História”, “História dos Povos Indígenas do Brasil I”, “História dos Povos Indígenas do Brasil Contemporâneo”, “História da África e da Cultura Afro-Brasileira I”, “História da África e da Cultura Afro-Brasileira II”, “História da América I”, “História da América II” e “Direitos Humanos e Relações étnico raciais e de gênero”. Para esta última, considerou-se o parecer CNE/CP Nº 8, de 6 de março de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Pensando na crítica às impropriedades de algumas visões eurocêntricas e colonialistas, as disciplinas de “História da Ásia I” e “História da Ásia II”, inseridas neste PPC foram elaboradas, sobretudo, para aprofundar o conhecimento histórico social sobre o continente asiático e discernir as diferentes interpretações historiográficas sobre os conceitos de “imperialismo”, “colonialismo”, “descolonização”, “globalização”, “orientalismo”, “eurocentrismo” e “democracia”, relacionando-os aos contextos históricos dos países em Ásia. Portanto, as disciplinas de História da Ásia contribuem para desnaturalizar um conhecimento centrado em conceitos etnocêntricos, e promover assim uma formação plural e divesificada.

A transversalização também se evidencia com a permanência da disciplina “História Ambiental” neste currículo, que contemplará estudos específicos sobre as relações humanas com o ecossistema e as discussões de temas, fontes e conceitos relacionados às pesquisas que englobam natureza, ecologia, sociedade e preservação ambiental, tratando-os enquanto objeto da História. Cabe ressaltar que a Resolução CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História endossam a necessidade de reforçar, desde a Graduação, o interesse pelos assuntos regionais em uma perspectiva histórica. Essa orientação se faz presente na matriz curricular do curso com o objetivo de conhecer e valorizar aspectos da História local e regional, uma vez que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo, em uma perspectiva nacional e, até mesmo, transnacional. Porém, a nomenclatura da disciplina “História Regional” foi alterada para “História de Mato Grosso: da Colônia à República” e “História de Mato Grosso à Mato Grosso do Sul”, passando a ser ofertas na modalidade semestral.

Considerando as modificações propostas na matriz curricular deste PPC, bem como a nova estruturação do curso, com a inserção da semestrialização, as disciplinas serão ofertadas de forma serial/semestral, oportunizando uma nova dinâmica ao processo de construção do conhecimento histórico, com a introdução de novos temas, conceitos e conteúdos, e conexões analíticas, temporais e espaciais. Para tanto, as disciplinas foram distribuídas em três grupos, grupo 1: “Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos”; grupo 2: “Conteúdos específicos das áreas”; grupo 3: “Práticas Pedagógicas”. Diante do exposto, segue a nova organização curricular e ordenamento das disciplinas:

- 1ª semestre, “Introdução à Metodologia Científica”; “Introdução aos Estudos Históricos”; “História Antiga”; “História e Filosofia da Educação”; “Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais e de Gênero”.

- 2ª semestre, “História Medieval”; História da África e da Cultura Afro-Brasileira I”; “História da América I”; “Metodologias no Ensino de História”; “Psicologia da Educação”.
- 3ª semestre, “Historiografia Brasileira”; “História de Mato Grosso: da Colônia à República”; “História Moderna”; “História do Brasil I”; “História dos Povos Indígenas do Brasil”.
- 4º semestre, “História da América II”; “História do Brasil II”; “História da África e da Cultura Afro-Brasileira II”; “História de Mato Grosso à Mato Grosso do Sul”; “Didática”.
- 5º semestre, “História do Brasil III”; “Estágio Supervisionado I”; “Teoria da História I”; “Políticas Públicas de Educação e Gestão Educacional”; “Patrimônio Cultural e Ensino de História”;
- 6º semestre, “História do Brasil IV”; “Teoria da História II”; “Educação Especial: Fundamentos e Práticas Pedagógicas”; “Pesquisa em História”; “História Contemporânea I”.
- 7º semestre, “História dos Povos Indígenas do Brasil Contemporâneo”; “História Contemporânea II”; “Estágio Supervisionado II”; “Arqueologia, História e Cultura Material”; “História da Ásia I”.
- 8º semestre, “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”; “História Ambiental”; “História da Ásia II”; “Tecnologias Digitais e Ensino de História”; “História Pública e Ensino de História”.

4. CONCEPÇÃO DE CURSO

O presente Projeto Pedagógico, que fundamenta a organização e o currículo do curso de licenciatura em História, expressa a ampliação da noção de diversidade, com o objetivo de atender aos princípios de uma formação acadêmica democrática e pautada nos direitos humanos e na inclusão. Neste sentido, o projeto elaborado visa proporcionar uma experiência profissional que possibilite o desenvolvimento humano e impacte positivamente na prática dos futuros professores que se encontram em formação, grantindo-lhes competências necessárias para uma práxis transformadora. Portanto, busca-se qualificar o corpo discente para o trabalho, preparando-os para o exercício da cidadania, conforme consta no art. 205 da Constituição Federal de 1988.

Este PPC igualmente tem como objetivo proporcionar o contato do acadêmico com diferentes produções historiográficas. Assim, o curso visa possibilitar ao estudante o diálogo com diversos aportes teóricos e metodológicas da historiografia, propiciando ao acadêmico uma vivência no que se refere à pesquisa, componente indissociável da formação requerida, ao ensino de História, para a prática docente e a integração entre a Graduação e o Programa

de Pós-Graduação em Ensino de História, e às atividades de extensão, estreitando os laços entre a comunidade acadêmica e comunidade externa.

4.1. Objetivos Geral e Específicos

Geral:

- Formar professores para atuar no ensino básico na área de História, com conhecimentos específicos que os tornem capazes de se posicionarem criticamente com relação aos problemas de seu tempo, conscientes das especificidades culturais de diversos grupos sociais, e incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Específicos:

- Viabilizar o preparo do estudante, priorizando o conhecimento específico da área e a reflexão crítica dos diversos momentos históricos, tendo em vista o comprometimento com o discurso científico e o ensino da História;
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e promover atividades de extensão que contribuam para os debates e integração entre a instituição e a comunidade externa;
- Estabelecer o diálogo e a integração entre a Graduação e o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Profhistória);
- Fomentar o desenvolvimento da pesquisa e a produção do conhecimento histórico, não apenas no âmbito acadêmico, mas em instituições de preservação documental;
- Instigar a constante atualização de conhecimentos, estimulando a produção científica e o desenvolvimento do pensamento reflexivo;
- Proporcionar um processo de ensino e aprendizagem que busque o entendimento do contexto histórico e cultural da sociedade, visto sob a ótica de sua dinamicidade;
- Propiciar momentos de aprendizado e competências próprias da atividade profissional associados à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento da autonomia e da reflexão crítica do estudante em suas práxis docente;
- Proporcionar a relação teoria e prática, capacitando os estudantes em formação para a efetiva ação no ensino básico;
- Proporcionar reflexões teóricas e metodológicas para que o egresso possa dar continuidade a estudos, reflexões e pesquisas dentro e fora do ambiente universitário;

- Possibilitar o intercâmbio de experiências com outros cursos e instituições de ensino e pesquisa, bem como a participação dos alunos e professores em eventos científicos, culturais e educacionais.

4.2. Perfil do Egresso

Conforme exposto nos tópicos anteriores, o Curso de História visa oferecer ao acadêmico o desenvolvimento de capacidades analíticas e metodologias didático-pedagógicas por meio de um conjunto de disciplinas voltadas para o ensino de História. Portanto, durante a formação do acadêmico busca-se o estímulo à autonomia intelectual nos campos da docência e pesquisa, com o propósito de formar docentes/pesquisadores amparados por uma estrutura curricular que os permita trilhar diversas trajetórias. Os egressos do curso de História da UEMS, além de atuarem em escolas estaduais, municipais e privadas, têm continuado sua formação em cursos de especialização, mestrados e doutorados ofertados no estado de Mato Grosso do Sul ou em outras universidades federais e estaduais, possibilitando a atuação no ensino superior, conforme demonstraram os relatórios de autoavaliação do curso. Segundo as Diretrizes Nacionais do Curso de História (2001), o graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Grande parte dos acadêmicos que ingressam em um curso de graduação em História almeja atuar como professor no ensino fundamental, médio ou superior. No entanto, em agosto de 2020, foi aprovada pelo Senado e publicada no Diário Oficial da União, a Lei 14.038, que regulamenta a profissão de historiador. Segundo o texto aprovado, poderá exercer as atividades de historiador quem tem diploma de curso superior, mestrado ou doutorado em História; diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com linha de pesquisa dedicada à História; e profissionais diplomados em outras áreas que comprovarem ter exercido a profissão por mais de cinco anos, a contar data de promulgação da lei.

Com a aprovação dessa lei que regulamenta a profissão do historiador, ampliam-se as possibilidades de atuação profissional dos egressos dos cursos de História, pois além das atividades de docência no ensino superior e nas escolas de ensino fundamental e médio – desde que cumprida a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) quanto à obrigatoriedade da licenciatura –, “o profissional poderá ainda planejar,

organizar, implantar e dirigir serviços de pesquisa histórica; assessorar, organizar, implantar e dirigir serviços de documentação e informação histórica; e elaborar pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos” (Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/18/senado-aprova-projeto-que-regulamenta-profissao-de-historiador>).

Considerando as novas perspectivas de atuação dos egressos das graduações em História, ressalta-se a existência de uma vasta gama de atividades que podem ser desempenhadas pelo historiador, em espaços plurais de instituições de cultura e de preservação da memória, como museus, arquivos e centros de documentação. As discussões atuais, em torno da profissão de historiador, ressaltam a necessidade de compreensão de que a profissão é constituída por diferentes dimensões que se articulam no espaço do “fazer e ser” professor-pesquisador e pesquisador-professor. Desta forma, o historiador é um profissional capacitado para lecionar a disciplina de História, mas também capacitado para atuar e conduzir projetos de intervenção nas escolas, museus, centros de memórias, observatórios e arquivos. Além disso, está habilitado a gerir museus, arquivos e centros de documentação, coordenar ou assessorar projetos culturais os mais diversos, atuar junto à administração pública – municipal, estadual e federal – ou prestar assessoria a sindicatos, empresas, ONGs e entidades das mais diversas.

4.3. Competências e Habilidades

As competências e habilidades – atreladas ao planejamento e à execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão – elaboradas para curso de licenciatura em História, orientam a formação profissional de futuros docentes. Tais competências e habilidades, contribuem para formar profissionais com sólidos conhecimentos na área de História, que entendam o processo de aprendizagem na sua totalidade em consonância com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em História e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, enfatizando uma formação profissional pautada nos seguintes itens:

- Pluralidade de conhecimentos e saberes, com vistas a proporcionar sustentação à prática pedagógica, a partir dos contextos histórico, cultural e político da sociedade;
- Aprendizagem como processo de construção de conhecimento, habilidade e valores em interação com a realidade;
- Envolvimento constante dos acadêmicos em formação com o processo de produção e socialização do conhecimento, norteando a estrutura curricular;

- Engajamento do aluno em atividades de práticas, estágios supervisionados nas escolas, extensão e projetos diversos, considerando o papel social da instituição educativa;
- Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Problematização das múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos e da constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Entendimento do conhecimento sócio-histórico como um produto da construção histórica do ser humano, que nas suas interações o constrói e reconstrói conforme suas necessidades;
- Compreensão da diversidade cultural como aspecto formador da sociedade brasileira. A pluralidade das etnias existentes, que formam os diferentes modos de organização da vida, das práticas culturais, dos valores e das crenças;
- Compreensão da pesquisa e das atividades de extensão como partes do processo educativo, enquanto fio condutor e elemento aglutinador dos demais componentes curriculares;
- Desenvolvimento de trabalho coletivo, incentivando a interdisciplinaridade como elemento necessário e de caráter vinculado ao conhecimento das diversas áreas.

4.4. Sistema de Avaliação

4.4.1. Avaliação do Ensino e Aprendizagem

Avaliar é um meio para o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem, e não um fim em si mesmo, o que pressupõe que a avaliação integra um processo, o qual se materializará através dos seguintes instrumentos: provas escritas e orais, atividades práticas, atividades de estágios, seminários, debates, projetos de pesquisas, produção de artigos, projetos de extensão, além de outros métodos previstos em planos de ensino das disciplinas. A avaliação é parte integrante de processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, considerando alternativas de mudanças de metodologias e práticas pedagógicas quando necessárias.

A avaliação do ensino e aprendizagem constitui-se como processo contínuo, interativo e de mediação na estruturação de um conhecimento dotado de sentido para o perfil profissional. Conforme mencionado anteriormente, a avaliação é um meio para o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem, e não um fim em si mesmo, ou seja, um

processo que se materializará por meio dos instrumentos previstos nas normas vigentes da instituição. Tal processo deverá compreender uma atividade que promova o diálogo entre os sujeitos envolvidos no curso, estabelecendo novas relações entre realidade sociocultural e prática curricular, o pedagógico e o administrativo, o ensino, a pesquisa e a extensão na área; de maneira que seja possível o aprimoramento de concepções e práticas que constituem o projeto pedagógico.

A ausência às avaliações regulares, optativas e exame final, bem como plágios e a não apresentação e/ou entrega de trabalhos previstos nos Planos de Ensino das disciplinas, implicará em nota 0 (zero) atribuída ao trabalho em questão. Ao final do ano letivo, a média das notas obtidas nas avaliações realizadas será atribuída ao discente por meio do Sistema Acadêmico Unificado (SAU) da UEMS. Conforme regulamento, os discentes que atingirem a média igual ou superior a 6 (seis) serão considerados aprovados nas disciplinas.

Caso seja necessário que o discente realize exame final, o mesmo deverá obter nota mínima de 5 (cinco) na avaliação para aprovação da disciplina. Os docentes responsáveis por suas disciplinas deverão elaborar os critérios de avaliação e explicitá-los no Plano de Ensino, os quais serão compartilhados com a Coordenação do Curso e, em seguida, submetidos à aprovação pelo colegiado, cadastrados no SAU e divulgados aos discentes no início da oferta da disciplina. Tais critérios deverão considerar a participação discente nas atividades regulares do Curso, bem como o desempenho e a produção estabelecida.

Em conformidade com a ideia de flexibilização curricular, todas as disciplinas do Curso poderão ser ofertadas em Regime Especial de Dependência (RED) com exceção da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, desde que solicitada pelo discente no ato da matrícula, e que haja disponibilidade de oferta por parte de professor efetivo da disciplina, com a aprovação no Colegiado de Curso da oferta nesse regime. Dessa maneira, o discente que for reprovado em alguma disciplina poderá cursá-la novamente em regime de dependência, ou em Regime Especial de Dependência (RED), desde que atendidas às especificidades exigidas pelas normas da Instituição para a oferta de disciplinas nesta modalidade.

4.4.2. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e do Curso

A avaliação do curso, bem como a do seu projeto pedagógico, está em consonância com as discussões das Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, no item “Avaliação de Cursos” e outras modalidades de avaliação. Quanto à avaliação do Projeto Pedagógico, este será avaliado de modo constante e por meio de instrumentos elaborados pela Comissão Permanente de Auto Avaliação (CPA) e pelo Comitê Docente Estruturante (CDE).

Assim, a avaliação do Curso se realizará com a participação de membros internos e externos à comunidade acadêmica, visando a promoção da qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos. Para desencadear o processo avaliativo interno, o CDE e a CPA estabelecerão critérios e apontarão os instrumentos necessários para levantamento e análises dos resultados obtidos. A autoavaliação do curso, bem como do seu projeto pedagógico, serão realizadas em consonância com as normas do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Exame Nacional de Cursos (ENADE) e outras modalidades de avaliação, sob a responsabilidade da CPA e do CDE, e com as orientações e determinações vigentes nas normas da instituição. A avaliação e autoavaliação são imprescindíveis para consolidar os princípios da gestão democrática, participativa e autônoma na formação de professores.

4.4.3. Integração entre Teoria e Prática

A organização curricular apresentada neste PPC tem como fundamento a articulação dialética entre teoria e prática, assegurando uma formação de qualidade ao licenciado em História e priorizando, dessa forma, o trabalho investigativo historiográfico e pedagógico que se realiza na práxis social. Considerando tal relação dialética como componente norteador desse currículo, seu principal eixo de integração se manifestará, sobretudo, na carga horária relacionada à “Prática como Componente Curricular” (PCC), que compõe cada disciplina. Dessa forma, a proposta é promover a convergência entre conteúdos teóricos e a formação prática, comportando parte da carga horária das disciplinas do curso e constituindo o momento no qual os estudantes entrarão em contato com o seu *locus* de atuação, que são as escolas, as instituições documentais de pesquisa, entre outros espaços destinados a atividades de campo na área da História.

Propiciar aos discentes a vivência do cotidiano escolar e repensar a própria formação teórico-prática no âmbito do curso, pressupõe a possibilidade de maior aprendizagem no exercício dessa integração. Assim, as atividades dos estágios curriculares supervisionados obrigatórios, realizadas nas escolas, também se constituem formas de articulação dessa relação, pois promovem a interação entre teoria e prática. Além disso, o curso de História deve propiciar uma formação teórico-prática e interdisciplinar que assegure o direito à diversidade, diversas linguagens e práticas educativas especiais.

4.4.4. Inclusão, Diversidade e Formação Acadêmica

A UEMS é conhecida e reconhecida como uma instituição que prima por abraçar, desde sua fundação, a população marginalizada, geográfica, econômica e socialmente. O

princípio da inclusão norteia os passos por ela tomados partindo da escolha da Sede Administrativa em uma cidade do interior do Estado, a fim de atingir a formação de profissionais capazes de perceber e agir sobre suas realidades, alterando positivamente as configurações de seus entornos.

A Instituição tem o compromisso de proporcionar um processo educacional, justo e democrático, para a produção do conhecimento e para a efetivação de políticas de inclusão, com vistas a contemplar a gama de diversidades do país. Além das política de ações afirmativas/cotas para ingresso de negros e indígenas, visando garantir o acesso de grupos considerados vulneráveis do ponto de vista étnico, racial, social e cultural, a Universidade, a partir da Deliberação CE/CEPE nº 312, de 30 de abril de 2020, possibilita, também, a normatização das questões referentes à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Tal normativa está embasada na legislação vigente, e nas normativas institucionais internas.

Partindo-se do conjunto dessas legislações e da necessidade de apresentar os conceitos norteadores para as práticas didático-metodológicas adotadas em todos os cursos de graduação da UEMS (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos), na modalidade presencial ou a Distância, é preciso trazer, neste projeto pedagógico, como a instituição compreende a Educação Especial e a quem ela se destina. Desse modo, o Art. 2º da Deliberação CE/CEPE nº 312 afirma que

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. É um processo educacional definido pelas instituições, em suas propostas pedagógicas e ou projetos de curso e em seus regimentos, de modo que assegure recursos e serviços educacionais com vistas a apoiar a educação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo acesso, permanência, progressão escolar e terminalidade, devendo ser ofertada, inclusive, na Educação Superior.

De acordo com esse texto, o de Atendimento Educacional Especializado (AEE)/Educação Especial compreende a garantia do acesso, da permanência, da progressão escolar e da terminalidade adequada ao aluno PCD (Pessoa Com Deficiência), com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, além de trazer a esse público-alvo as seguintes garantias:

- Oferta, sempre que necessária, do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ou seja, conjunto de estratégias, recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, de forma a promover aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em interação com a coordenação do curso;
- Plano educacional individualizado, elaborado por professor especializado, contratado para prestar o AEE, em colaboração com os docentes que ministram aulas para o acadêmico, conforme as condições identificadas, a partir da avaliação pedagógica e de informações complementares, sendo, posteriormente, apresentado à coordenação de curso e, a seguir, encaminhados à DID/PROE, relatório de avaliação pedagógica, além de diagnóstico, na forma da Lei;
- Terminalidade específica, a partir de critérios a serem definidos pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, aos acadêmicos com altas habilidades ou superdotação, poderá ser concedida, em caráter excepcional, a conclusão da graduação em menor tempo, mediante avaliação multidimensional e o rendimento acadêmico nas disciplinas/módulos do Curso;
- Possibilidade de conclusão do curso em maior tempo, aos acadêmicos com graves deficiências intelectuais ou múltiplas, por meio de flexibilização do período de integralização curricular, sempre que possível, e sem prejuízo para o acadêmico. Essa flexibilização será planejada em conformidade com as capacidades do aluno, a avaliação do professor AEE, a anuência da Coordenação e demais setores competentes da UEMS, sob a supervisão da DID/PROE;
- Avaliação multidimensional realizada por comissão definida pelo colegiado do Curso que contará com a participação do coordenador do Curso, do professor especializado e de 3 (três) professores que ministram aulas no curso, sob a supervisão da DID/PROE;
- Estratégias de ensino específicas, a partir das necessidades educacionais do acadêmico, identificadas no processo avaliativo, sendo que estas devem constar no plano de ensino e no plano de trabalho de cada componente curricular;
- Apoio, realizado por profissional capacitado, aos acadêmicos que necessitem de auxílio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção;
- AEE em ambiente hospitalar ou em ambiente domiciliar, realizado por professor especializado em Educação Especial quando impossibilitados de frequentar as aulas, em razão de problemas de saúde e outro impedimento, que impliquem internação hospitalar ou permanência prolongada em domicílio.

O Colegiado de Curso, o Comitê Docente Estruturante, a Coordenação Pedagógica e os docentes do curso atuarão na identificação e na previsão do atendimento educacional especializado ao público da Educação Especial, considerando a interação com barreiras diversas que podem impedir e ou restringir a sua participação plena e efetiva na instituição de ensino e na sociedade.

Nesse sentido, em conformidade com a DELIBERAÇÃO CE/CEPE-UEMS Nº 312, de 30 de abril de 2020, que “Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, o Curso atuará junto à Divisão de Inclusão e

Diversidade – DID/PROE para o viabilizar, por meio da oferta de serviços, apoios e condições de acessibilidade que promovam a inclusão, primando por organização curricular flexível, recursos humanos, recursos didáticos e estrutura física, de acordo com as necessidades educacionais dos acadêmicos (art. 5º, II).

Além das garantias elencadas, a Deliberação CE/CEPE nº 312, reforça a visão da UEMS de “*Ser Instituição pública, gratuita e de qualidade, pautada na inclusão social e nos princípios éticos e morais, que atenda às demandas da sociedade e contribua para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul e do país*” (PPI UEMS 2021-2025, p. 26), quando preconiza, em seu Art. 13, que

A interface da Educação Especial na educação escolar indígena, do campo, quilombola, dentre outros grupos específicos, deve assegurar que os recursos e serviços de apoio pedagógico especializado constem nos projetos pedagógicos de cursos.

Parágrafo único. As diferenças socioculturais e as especificidades dos grupos mencionados no caput devem ser consideradas quando da definição do AEE.

Uma vez que abarca e amplia o sistema de cotas trazendo-o, também, para o conjunto de ações que constituem o AEE em uma dimensão social e cultural, para além da complementação e/ou suplementação dos conhecimentos ofertados aos graduandos da UEMS, independentemente de gênero, idade, sexualidade e singularidades dos “demais grupos específicos” que constituem a comunidade universitária.

É nesse sentido que a oferta de disciplinas, que constam nesse PPC, primam pela inclusão como “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”, “Políticas Públicas de Educação e Gestão Educacional”, “Educação Especial: Fundamentos e Práticas Pedagógicas” e “Direitos Humanos e Relações Étnicas Raciais e de Gênero”, denotando, além das questões legais, uma postura institucional crítica sobre políticas educacionais de inclusão e ampliação das noções de “diversidade”, “direitos humanos” e “dever à reparação”, garantindo um ensino democrático. Por meio dessa postura, a instituição passa a conferir ao graduando uma estrutura que o impulsiona para a autonomia física, o pertencimento e a conquista de direitos e políticas públicas. A Instituição tem o compromisso de proporcionar um processo educacional justo e democrático para a produção do conhecimento e efetivação de políticas de inclusão, com vistas a contemplar a gama de diversidades do país.

5. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Este PPC visa contribuir para um curso de licenciatura em História com caráter multidisciplinar, fortalecendo a relação entre ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, em consonância com a Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 309, de 30 de abril de 2020, para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS. Portanto, busca-se proporcionar um processo de ensino e aprendizado com ênfase em conhecimentos científicos e educacionais, práticas pedagógicas e conhecimentos específicos da área, pensamento crítico e transformador, espírito de inovação, visão e interesse pela pesquisa científica, perspectivas de mobilidade acadêmica e integração com programas de pós-graduação, bem como o compromisso prático com a sociedade por meio de atividades de ensino e extensão.

Ao longo do curso os discentes desenvolverão monografias, artigos, atividades de programas de Iniciação Científica (PIBIC) e Monitoria (PIM), com possibilidades de serem contemplados com bolsas concedidas pela Capes, CNPq, Fundect e pela própria instituição, ou na modalidade de voluntários (sem bolsa), além de participarem de projetos de extensão, com bolsa PIBEX ou como voluntários. A atividade de extensão é praticada por meio de projetos desenvolvidos com este foco, estabelecendo o diálogo entre a academia e a comunidade em geral. Ainda em relação à dimensão social e ensino, e a integração entre universidade e escola, destacamos a importância de programas de iniciação à docência como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), desde 2011 no curso de História, e Residência Pedagógica (RP), desde 2018, que têm como uma das principais funções a articulação entre teoria e prática, introduzindo os alunos do curso, desde os primeiros anos, à docência.

O PPC exposto também visa promover a aproximação e integração entre os cursos de Graduação e Pós-Graduação. O ProfHistória/UEMS, alinhado com as demandas nacionais e estaduais voltadas à qualificação dos professores da Educação Básica, contribui para estreitar o diálogo e fortalecer os cursos de graduação e pós-graduação em História da UEMS. O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), oferecido em rede nacional, conta com 39 núcleos em diferentes universidades do país, sendo um programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC). Liderado pela UFRJ, tem como objetivo proporcionar uma formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. O ProfHistória possui três linhas de pesquisas voltadas ao ensino de História: “Saberes Históricos no Espaço Escolar”;

“Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão”; “Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória”.

6. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

6.1 Obrigatório

O estágio caracteriza-se por um conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência (Parecer CNE/CES nº 15/2005). Dessa maneira, o estágio obrigatório é um dos eixos norteadores dos cursos de licenciatura. No caso específico do Curso de Licenciatura em História, busca-se efetivar um processo dinâmico de ação, reflexão e relação entre os conteúdos e práticas pedagógicas adquiridas na universidade, no exercício da docência.

O estágio supervisionado, nos cursos de formação de professores, trata-se de uma atividade indispensável devido a sua contribuição na construção da identidade profissional dos docentes em formação. Entende-se que o estágio, dado a sua importância na construção da identidade docente, deve ser tratado como eixo de pesquisa, aproximação da realidade e intervenção nesta, e como teoria e prática. De acordo com Pimenta e Lima (2004), o estágio por meio da pesquisa e investigação, abre possibilidades para o futuro professor compreender as situações vivenciadas e observadas nas escolas e seus respectivos sistemas de ensino, formando assim professores “críticos-reflexivos” e “pesquisadores”. Nessa perspectiva, os cursos de formação por meio do estágio devem valorizar as atividades que desenvolvem capacidades e habilidades de diálogo, reflexão, pesquisa, investigação e análises críticas dos contextos educativos.

Assim, o Estágio Supervisionado deve ser espaço em que o aluno, aprendiz da arte de ensinar, faz história, relaciona-se criticamente com o saber produzido e também produz um novo saber, confronta teoria e realidade, e estabelece a junção entre a teoria e prática. Os cursos de formação devem considerar que o estágio é um momento de ensino e aprendizagem, do fazer pedagógico, possibilitando habilidades de pesquisa e investigação do ambiente escolar e conhecimentos relacionados à teoria, tendo como fio norteador a “ação-reflexão” (Cf. PIMENTA & LIMA, 2004).

O estágio curricular supervisionado deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Considerando-o como fundamental na formação do futuro docente, foi introduzido nos currículos dos Cursos de Licenciatura a atividade de prática pedagógica denominada Estágio

Supervisionado, conforme a Resolução CNE/MEC 02/2015, de 1º de julho de 2015, que estabelece novas diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de História totalizará 480 horas-aula, correspondendo a 400 horas-relógio, e será desenvolvido em dois módulos: Estágio Supervisionado I, no quinto e sexto semestre, voltado para discussões teóricas e atividades de campo no ensino fundamental, e Estágio Supervisionado II, no sétimo e oitavo semestre, voltado para atividades teóricas e práticas em escolas-campo de ensino médio. Ambos serão realizados sob supervisão de 2 (dois) professores em cada etapa. Esses docentes devem ter experiência no ensino fundamental e médio e/ou possuir diploma de licenciado em História. Haverá a distribuição da carga horária desta disciplina, que deverá contemplar discussões teóricas, aulas pilotos, oficinas de História, planejamento de projetos de ensino, práticas de ensino nas escolas-campo e elaboração de relatórios. Os professores de Estágio do curso farão parte da Comissão de Estágio Supervisionado (COES), a qual acompanhará, discutirá e avaliará todas as atividades de estágio, inclusive os relatórios e pastas de conclusão, recebidos ao final do semestre. Cabe ressaltar que o Estágio Curricular Supervisionado, disciplina de caráter obrigatório, será realizado de acordo as normas vigentes da instituição e possui regulamento próprio.

6.2 Não Obrigatório

O Estágio Supervisionado Não Obrigatório possui como objetivo proporcionar ao acadêmico a participação em situações reais, dentre as quais destaca-se a cultura escolar, e complementar as atividades especificadas no Estágio Supervisionado Obrigatório, mas não o substituindo, pois se trata de uma modalidade que pode ser desenvolvida em qualquer etapa da formação do aluno, a partir de seu ingresso no curso de História. Esta modalidade de estágio poderá ser exercida em escolas, empresas públicas e/ou privadas, instituições de ensino e/ou pesquisa, em órgãos de administração pública, museus, arquivos ou qualquer ambiente que apresente condições para o aprofundamento dos conhecimentos correlatos práticos. Essa prática, mesmo não tendo caráter obrigatório, deverá ser orientada e acompanhada pela COES, que designará 1 (um) docente responsável para o acompanhamento desta atividade e seguirá normas vigentes da UEMS. Dessa forma, o acadêmico deverá elaborar e apresentar um relatório final relacionado às atividades de estágio.

7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

Entende-se que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o resultado de uma investigação científica, de caráter obrigatório, cuja temática deve estar em consonância com os conteúdos e as discussões historiográficas abordadas durante o curso. O TCC é oferecido como componente curricular obrigatório, com carga horária de 100 horas.

O TCC é elaborado sob orientação de um docente do curso, escolhido como orientador. Cada estudante terá um professor-orientador, com titulação mínima de Mestre. O tema do projeto de pesquisa deve ser compatível com a linha de pesquisa do professor-orientador, bem como aos princípios norteadores deste PPC para o desenvolvimento dos trabalhos investigativos.

O desenvolvimento do TCC também será amparado pelas seguintes disciplinas do curso: “Introdução à Metodologia Científica” (1º semestre), “Introdução aos Estudos Históricos” (1º semestre) e “Pesquisa em História” (6ª semestre). A apresentação do projeto de TCC deve ser realizada até o final do sexto semestre – com entrega do projeto de pesquisa e formalização da orientação na secretaria acadêmica – e, por derradeiro, o acadêmico deve finalizar a atividade apresentando um trabalho sobre a temática proposta no projeto, até o final do oitavo semestre. O TCC deverá ser desenvolvido individualmente pelo discente e apresentado na forma de artigo científico e/ou monografia em banca de defesa para aprovação final no curso. A sua apresentação será feita a uma banca examinadora composta por dois docentes. O TCC possui Regulamento próprio na instituição. Portanto, os discentes e orientadores devem conferir as normas vigentes sobre TCC/Monografia da UEMS.

Os alunos que desenvolvem projetos de pesquisa de Iniciação Científica, Iniciação à Docência ou Extensão, poderão apresentar tais projetos como TCC, com as devidas adequações e de acordo com a normatização em vigor na UEMS.

8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares (AC), de caráter obrigatório, são classificadas como componentes curriculares do curso. Tratam-se de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural, com a carga horária total de 200 horas. As atividades complementares são regulamentadas pela Resolução CEPE-UEMS nº1.864, de 21 de junho de 2017, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Serão consideradas Atividades Complementares aquelas desenvolvidas pelo aluno no âmbito ou fora da Universidade, a partir do ano do seu ingresso no curso, propiciando o enriquecimento, aprofundamento temático e interdisciplinar com outras áreas.

As seguintes modalidades compõem as Atividades Complementares para fins de enriquecimento do processo formativo do aluno e futuro mestre: seminários, apresentações, exposições, participação em evento científico artístico e cultural, produções individual e coletiva, monitorias, participação e colaboração em projetos de ensino, pesquisa e extensão, relatórios de pesquisas, participação como dirigentes e/ou representantes nos Centros ou Diretórios Acadêmicos, visitas técnicas a instituições, entre outras.

A integralização das atividades dar-se-á mediante a apresentação à Coordenação de comprovantes ou declarações que totalizem o mínimo de 200 (duzentas horas). As atribuições de carga horária válida serão deliberadas pelo Colegiado de Curso. Os (as) estudantes deverão encaminhar os comprovantes das AC à secretaria acadêmica, a partir do primeiro e, ao final de cada semestre letivo, até 60 (sessenta) dias antes do término do período letivo do último semestre do curso, conforme prazo estabelecido em calendário acadêmico. Os certificados precisam ter data de início e de fim (dia/mês/ano), ou seja, aqueles que o período informado se restringir a mês e ano não serão computados. O período de realização da atividade atestada no certificado deve ser coerente com a carga horária e com tema vinculado ao curso. O cumprimento da carga horária para efeito de integralização do currículo do curso deve ser realizada, prioritariamente, nas modalidades organizadas no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Atividades Complementares (AC)	Carga Horária Máxima
Grupo I – Atividades de Ensino	
Participação em Programas ou Projetos de Ensino	40
Participação em cursos na área	40
Monitoria aprovada pela instituição	40
Ciclos de Palestras	40
Semana acadêmica	40
Encontros científicos da UEMS	40
Oficinas de ensino	40
Jornadas acadêmicas	40
Eventos regionais, nacionais e internacionais	40
Visitas técnicas realizadas dentro e fora do estado	40
Módulos temáticos	40
Estágio Curricular Não Obrigatório	40
Grupo II – Atividades de Extensão e Cultura	

Mostra Cultural	20
Encontros científicos da UEMS	40
Oficinas de extensão	20
<i>Workshops</i>	20
Prestação de serviço voluntário em arquivos e museus	40
Eventos regionais, nacionais e internacionais	40
Visitas técnicas realizadas dentro e fora do estado	40
Grupo III – Atividades de Pesquisa	
Grupos de Pesquisa/Estudo	40
Iniciação Científica	40
Encontros científicos da UEMS	40
Participação como ouvinte em bancas de Qualificação e de Defesa de Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	20
Oficinas de pesquisa	40
Eventos regionais, nacionais e internacionais	40
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	40
Publicação de trabalho completo em Anais de evento	40
Publicação de artigo científico em Periódico qualificado pela CAPES	40
Publicação de resumo simples ou expandido em Anais de evento	40
Publicação de artigo em jornal	20
Publicação de artigo técnico-científico em periódico não indexado	20
Produção de Relatórios de Pesquisa	40
Visitas técnicas realizadas dentro e fora do estado	40
Grupo IV – Atividades de Representação Estudantil	
Participação em Diretório Acadêmico Estudantil (DCE)	20
Participação em Centro Acadêmico (CA)	20
Participação em Grêmios Estudantil	20

Participação como membro efetivo em Conselhos Superiores da UEMS	20
Grupo V – Outras Atividades Práticas	
Atividades de Estágio Não Obrigatório	40

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E RESUMO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR

Os conteúdos básicos e complementares da área de História se organizam em torno de conteúdos histórico/historigráficos e práticas de ensino e pesquisa que, sob diferentes matizes e concepções teóricas e metodológicas, definem e problematizam os espaços e recortes temporais. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História, este deve oferecer ferramentas para que o futuro profissional consiga lidar com as diferentes temporalidades e formação específica que o habilite ao trabalho de pesquisa com variadas fontes documentais, respeitando, em cada caso, os componentes sociais e culturais de seu contexto de formação época a época.

Para uma matriz curricular mais coerente foram aprovadas alterações no currículo do curso e, por conseguinte, realizadas modificações nas ementas das disciplinas e atualização da bibliografia. A proposta manteve a oferta de algumas disciplinas no formato de Ensino à Distância (EAD), com o acréscimo de uma carga horária para aulas/atividades via plataforma *Moodle* e cadernos de atividade, e uma carga horária específica para a formação teórica e a parte da prática como componente curricular (PCC) em cada disciplina. Além disso, incluiu-se a creditação da carga horária de extensão, conforme estabelecido na deliberação CE/CEPE-UEMS N° 309, de 30 de abril de 2020.

Considerando as modificações propostas na matriz curricular deste PPC, as disciplinas serão ofertadas de forma serial/semestral, oportunizando uma nova dinâmica ao processo de construção do conhecimento histórico. Para tanto, as disciplinas foram distribuídas em três grupos, grupo 1: “Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos”; grupo 2: “Conteúdos específicos das áreas”; grupo 3: “Práticas Pedagógicas”, conforme constam nos Quadros 2, 3 e 4, totalizando uma carga horária de 3.363 horas-relógio no currículo do curso.

9.1. Carga Horária a Distância – Ensino a Distância (EAD)

As atividades de ensino realizadas à distância visam contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, articulando os conteúdos do Plano de Ensino elaborado pelo docente da disciplina às renovadas práticas

pedagógicas e tecnologias digitais da atualidade. Tais atividades possibilitarão experiências ampliadas de participação em discussões qualificadas e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas trabalhadas nas disciplinas. As atividades EAD serão realizadas a partir do aporte metodológico de ensino à distância, de acordo com as portarias publicadas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo reservada a carga horária total de 612 horas do curso de História para atividades relacionadas à essa modalidade de ensino, sem considerar a carga horária de Estágio Curricular Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso. Em relação às leis vigentes sobre EAD no ensino superior, em 2019 o MEC publicou uma Portaria passando a permitir que cursos presenciais tenham até 40% da sua carga horária disponibilizada por meio da EAD. A Portaria 2.117/2019 revoga a Portaria nº 1.428/2018.

A plataforma de ensino a ser utilizada nas atividades EAD é a *Moodle*, que propicia a realização de fóruns de discussão, *chats*, cadernos de atividades, atividades interativas, vídeo aulas e outras atividades educativas a serem definidas pelos docentes em seus Planos de Ensino. Cada disciplina terá uma carga horária específica para atividades de EAD e o docente terá autonomia para definir a metodologia referente aos conteúdos e atividades a serem trabalhadas nessa modalidade, devendo considerar a ementa e os objetivos de sua disciplina.

9.2. Atividades para creditação de Extensão

Segundo a Instrução Normativa Conjunta PROE-PROEC Nº 1/2020, que regulamenta a Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 309, de 30 de abril de 2020, para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS, as atividades de extensão devem estar relacionadas ao ensino, pesquisa, formação do estudante, qualificação do docente, sociedade, e outras dimensões acadêmicas institucionais. Conforme disposto no Art. 1º da Deliberação Nº 309, “As atividades de extensão e cultura devem envolver o processo educativo, ter caráter cultural, científico, político e artístico e estimular a interação transformadora entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e os diversos segmentos da sociedade” (UEMS, 2020).

As ações de extensão classificam-se em: programa, projeto, curso, oficina, evento, prestação de serviço, publicação e outros produtos acadêmicos inseridos nas áreas temáticas alinhadas com o Plano Nacional de Extensão Universitária e a legislação vigente. As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil e fazer parte da matriz curricular dos cursos, que no caso da

História, resulta em 446 horas-aula, correspondendo a 371 horas-relógio, a serem cumpridas na forma de extensão.

O Art. 3º da referida Deliberação igualmente dispõe que a participação em atividades de extensão e cultura é obrigatória para todos os discentes, devendo os mesmos participarem das atividades de extensão e cultura na função de bolsista, colaborador ou coordenador da ação. Desse modo, a carga horária referente às atividades de extensão foi distribuída em cada disciplina que compõe a matriz curricular do curso. Tais atividades devem ser planejadas pelos docentes que as ministram – constar no Plano de Ensino – de modo individual ou coletivo e desenvolvidas com a colaboração e participação efetiva dos discentes, podendo se realizar, à guisa de exemplos, na forma de mostras culturais, exposições temáticas, seminários, cursos e oficinas abertas à comunidade.

9.3. Prática como Componente Curricular (PPC)

A Prática como Componente Curricular será vivenciada pelo aluno, obrigatoriamente, ao longo do curso. Por se tratar de um curso de Licenciatura, a prática contempla a dimensão pedagógica atendendo aos princípios estabelecidos na legislação vigente e será composta de 538 horas-aula distribuídas ao longo do processo formativo, totalizando 448 horas-relógio. Articulada intrinsecamente com toda a matriz curricular da licenciatura descrita neste projeto, a PCC será assegurada por meio de atividades que possibilitem ao discente o contato com a realidade social e educacional e uma melhor compreensão dessa realidade proporcionada pelas competências adquiridas. A prática acontecerá no interior das disciplinas e transcenderá a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e outros espaços de ensino e aprendizagem.

Esta possui como finalidade promover a articulação em diferentes perspectivas interdisciplinares, bem como a observação e os registros de observações oriundas de situações problemas do cotidiano profissional e escolar. As atividades práticas serão supervisionadas, registradas e avaliadas pelo docente da disciplina. Cada disciplina, que compõe a matriz curricular do curso, terá uma carga horária específica para a formação teórica e a parte da PCC. Pensando na indissociação entre teoria e prática, os professores das disciplinas que contemplam prática curricular deverão descrever em seus respectivos Planos de Ensino quais as atividades práticas a serem desenvolvidas pelos estudantes no decorrer do semestre letivo e como serão orientadas e supervisionadas, respeitando a carga horária prática estipulada para cada disciplina ministrada. Os planos que constam as atividades práticas deverão ser apresentados ao coordenador e aprovados pelo Colegiado do Curso.

O Parecer CNE/CP n.º 28, de 02 de outubro de 2001, item 2, explicita que, a prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Ainda de acordo com o referido parecer, a prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino, e esta terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico científica. Assim, ela deve ser planejada desde o momento da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador e pesquisador.

A prática como componente curricular será assegurada na carga horária de todas as disciplinas do curso de História por meio de atividades propostas que transcendem a sala de aula, possibilitando ao aluno ter contato com diversos espaços educacionais, em atividades que possibilitem o contato com todos os segmentos da escola, bem como os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino e os órgãos de representação profissional. Conforme mencionado, a prática como componente curricular deve estar assegurada desde o início do curso, e o docente da disciplina será responsável por supervisionar e avaliar a atividade.

As atividades de prática como componente curricular na História poderão ser organizadas, à guisa de exemplos, por meio da:

- análise de conteúdos específicos das diversas disciplinas nos livros didáticos de ensino fundamental e médio, quanto à concepção de História, conhecimentos históricos, fontes históricas/documentos, imagens, metodologia de ensino/aprendizagem, competências e habilidades, atividades e exercícios, construção da cidadania, manual do professor, editoração e aspectos visuais;

- análise de filmes e iconografia proposta e apresentada nos materiais didático-pedagógicos disponíveis nas unidades de ensino/escolas;

- produção de materiais didático-pedagógicos diversos como, textos de diferentes tipologias textuais, maquetes, slides, jogos, dentre outros;

- construção de projetos temáticos;

- estudos, eventos e passeios que possibilitem a articulação entre o curso de História/Unidades de Ensino com os lugares de História e memória do município e/ou da região, como: museus, arquivos, bibliotecas, espaços culturais; pesquisas e estudos de casos;
- organização de mostras; estudos e divulgação do centro de documentação; simulações, miniaulas e demais atividades.

9.4. Matriz Curricular

Quadro 2. Grupo 1

Grupo 1: Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos*	Carga horária (hora-aula)
Introdução à Metodologia Científica	136
Psicologia da Educação	102
Políticas Públicas de Educação e Gestão Educacional	102
Língua Brasileira de Sinais - Libras	68
Educação Especial: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	102
Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais e de Gênero	102
História e Filosofia da Educação	102
Didática	102
TOTAL GERAL	816

* São disciplinas que poderão ser realizadas em outros cursos de graduação da Instituição, possibilitando com isso o processo de mobilidade acadêmica, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Quadro 3. Grupo 2

Grupo 2: Conteúdos específicos das áreas	Carga horária (hora-aula)
História Antiga	68
História Medieval	68
História Moderna	68
História Contemporânea I	68
História Contemporânea II	68
Introdução aos Estudos Históricos	102
História da América I	102
História da América II	68
História dos Povos Indígenas do Brasil	68
História dos Povos Indígenas do Brasil Contemporâneo	68
História da África e da Cultura Afro-Brasileira I	102
História da África e da Cultura Afro-Brasileira II	68

Historiografia Brasileira	68
História do Brasil I	68
História do Brasil II	68
História do Brasil III	68
História do Brasil IV	68
História de Mato Grosso da Colônia à República	68
História de Mato Grosso à Mato Grosso do Sul	68
Teoria da História I	68
Teoria da História II	68
Patrimônio Cultural e Ensino de História	136
História Ambiental	136
Pesquisa em História	68
História da Ásia I	68
História da Ásia II	68
Arqueologia, História e Cultura Material	102
Tecnologias Digitais e Ensino de História	102
Metodologias no Ensino de História	68
História Pública e Ensino de História	102
TOTAL GERAL	2.380

Quadro 4. Grupo 3

Grupo 3: Práticas Pedagógicas	Carga horária (hora-aula)
Estágio Curricular Supervisionado I	240
Estágio Curricular Supervisionado II	240
Prática como Componente Curricular	538
TOTAL GERAL	1.018

* A carga horária de PCC está inserida nas disciplinas dos Grupos 1 e 2.

Quadro 5. Matriz Curricular

Ano Semestr e	Disciplinas	Carga horária (hora-aula)					Extensão
		Total	Teórica	Prática	EAD	PCC	
1º 1º	Introdução à Metodologia Científica	136	44	-	68	24	-
	Introdução aos Estudos Históricos	102	34	-	34	34	-
	História Antiga	68	48	-	-	20	-
	Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais e de Gênero	102	34	-	34	8	26

		História e Filosofia da Educação	102	34	-	34	8	26
	2°	História Medieval	68	48	-	-	20	-
		Psicologia da Educação	102	34	-	34	8	26
		Metodologias no Ensino de História	68	48	-	-	20	-
		História da América I	102	34	-	34	8	26
		História da África e da Cultura Afro-brasileira I	102	34	-	34	8	26
Subtotal 10			952	392	0	272	158	130

Ano Semestr e	Disciplinas	Carga horária						
		Total	Teórica	Prática	EAD	PCC	Extensão	
2°	3°	História Moderna	68	48	-	-	20	-
		Historiografia Brasileira	68	48	-	-	20	-
		História do Brasil I	68	48	-	-	20	-
		História dos Povos Indígenas do Brasil	68	48			20	-
		História de Mato Grosso da Colônia à República	68	48	-	-	20	-
	4°	História da América II	68	48	-	-	20	-
		História do Brasil II	68	48	-	-	20	-
		História da África e da Cultura Afro-Brasileira II	68	48	-	-	20	-
		História de Mato Grosso à Mato Grosso do Sul	68	48	-	-	20	-
		Didática	102	34	-	34	8	26
Subtotal 10			714	466	0	34	188	26

Ano Semestre	Disciplinas	Carga horária						
		Total	Teórica	Prática	EAD	PCC	Extensão	
3°	5°	Políticas Públicas de Educação e Gestão Educacional	102	34	-	34	8	26
		História do Brasil III	68	44	-	-	6	18
		Patrimônio Cultural e Ensino de História	136	34	-	68	8	26
		Estágio Supervisionado I	240	-	-	-	-	-
		Teoria da História I	68	48	-	-	20	-
	6°	História do Brasil IV	68	44	-	-	6	18
		História Contemporânea I	68	48	-	-	-	20
		Teoria da História II	68	48	-	-	20	-
		Educação Especial: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	102	34	-	34	8	26

		Pesquisa em História	68	48	-	-	20	-
Subtotal 10			988	382	0	136	96	134

Ano Semestre	Disciplinas	Carga horária						
		Total	Teórica	Prática	EAD	PCC	Extensão	
4º	7º	História dos Povos Indígenas do Brasil Contemporâneo	68	44	-	-	6	18
		Estágio Supervisionado II	240	-	-	-	-	-
		História Contemporânea II	68	44	-	-	6	18
		Arqueologia, História e Cultura Material	102	34	-	34	8	26
	8º	História da Ásia I	68	44	-	-	6	18
		História da Ásia II	68	44	-	-	6	18
		Língua Brasileira de Sinais – Libras	68	48	-	-	20	-
		Tecnologias Digitais e Ensino de História	102	34	-	34	8	26
		História Pública e Ensino de História	102	34	-	34	8	26
		História Ambiental	136	34	-	68	8	26
Subtotal 10		1.022	360	0	170	76	176	
TOTAL GERAL		3.676	1.600	0	612	538	446	

EAD – Ensino a distância

PCC – Prática como Componente Curricular

Quadro 6. Resumo da Organização Curricular

Componentes Curriculares	Carga horária	
	Hora-aula	Hora-relógio
Grupo 1	816	680
Grupo 2	2.380	1.983
Atividades Complementares	-	200
Estágio Curricular Supervisionado	480	400
Trabalho de Conclusão de Curso	-	100
TOTAL GERAL	3.676	3.363

10. TABELA DE EQUIVALÊNCIA

Quadro 7. Matriz Curricular das Disciplinas e/ou Módulos e Equivalência

Disciplinas oferecidas no Projeto Pedagógico de 2018	CH Total	Ano	Disciplinas oferecidas no Projeto Pedagógico de 2022	CH Total	Semestre
História Antiga	136	1º	História Antiga	68	1º
Historiografia	68	2º	Historiografia Brasileira	68	3º
História Medieval	136	1º	História Medieval	68	2º
História Moderna	136	3º	História Moderna	68	3º
História do Brasil I	136	1º	História do Brasil I	68	3º
			História do Brasil II	68	4º
História do Brasil II	136	2º	História do Brasil III	68	5º
			História do Brasil IV	68	6º
História Regional	136	3º	História de Mato Grosso da Colônia à República	68	3º
			História de Mato Grosso à Mato Grosso do Sul	68	4º
História da América	136	3º	História da América I	102	2º
			História da América II	68	4º
Práticas de Ensino em História I	136	2º	Metodologias no Ensino de História	68	2º
História dos Povos Indígenas do Brasil	136	1º	História dos Povos Indígenas do Brasil	68	3º
			História dos Povos Indígenas do Brasil Contemporâneo	68	
História da África e Cultura Afro-brasileira	136	4º	História da África e Cultura Afro-brasileira I	102	
			História da África e Cultura Afro-brasileira II	68	
História Contemporânea	136	4º	História Contemporânea I	68	
			História Contemporânea II	68	7º
Introdução à Pré-História e Arqueologia	136	1º	Arqueologia, História e Cultura Material	102	7º
Teorias da História	136	3º	Teoria da História I	68	2º
			Teoria da História II	68	4º
Patrimônio Histórico Cultural e Memória	136	4º	Patrimônio Cultural e Ensino de História	136	6º
História Ambiental	136	1º	História Ambiental	136	8º

Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais e de gênero na educação	102	4º	Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais e de gênero na educação	102	1º
História do Brasil: Política, redemocratização e movimentos sociais contemporâneos	68	3º	EXCLUÍDA	-	-
Filosofia	68	2º	EXCLUÍDA	-	-
Introdução à Metodologia Científica	136	1º	Introdução à Metodologia Científica	136	1º
Psicologia da Educação	68	2º	Psicologia da Educação	102	2º
Políticas Públicas de Educação Brasileira e Gestão Educacional	102	2º	Políticas Públicas de Educação Brasileira e Gestão Educacional	102	5º
Didática	102	2º	Didática	102	4º
História e Filosofia da Educação	102	4º	História e Filosofia da Educação	102	1º
Estágio Curricular Supervisionado – Ensino Fundamental	240	3º	Estágio Supervisionado I	240	5º/6º
Estágio Curricular Supervisionado – Ensino Médio	240	4º	Estágio Supervisionado II	240	7º/8º
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68	4º	Língua Brasileira de Sinais - Libras	68	8º
Educação Especial e inclusiva: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	68	4º	Educação Especial e inclusiva: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	102	6º
SEM EQUIVALÊNCIA	-	-	Introdução aos Estudos Históricos	102	1º
SEM EQUIVALÊNCIA	-	-	História Pública e Ensino de História	102	8º
SEM EQUIVALÊNCIA	-	-	Tecnologias Digitais e Ensino de História	102	8º
SEM EQUIVALÊNCIA	-	-	História da Ásia I	68	7º
SEM EQUIVALÊNCIA	-	-	História da Ásia II	68	8º
SEM EQUIVALÊNCIA	-	-	Pesquisa em História	68	6º

11. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

A nova matriz curricular do curso de História, que integra este PPC será implementada a partir no ano de 2023, simultaneamente ao processo de transferência do Curso de Licenciatura em História da U. U. de Amambai para U. U. de Campo Grande. Portanto, o

novo Projeto Pedagógico será implantado a partir de 2023, para as turmas ingressantes na U. U. de Campo Grande. Considerando as modificações propostas na matriz curricular deste PPC, as disciplinas serão ofertadas de forma serial/semestral. Caso seja necessário cursar uma disciplina que tenha sido extinta ou incluída no novo Projeto Pedagógico, o aluno cursará a disciplina equivalente (ver Quadro 7. Tabela de Equivalência) e, caso não haja equivalência, cursará outra disciplina correspondente, com a aprovação do Colegiado de Curso. Havendo necessidade e o Colegiado de Curso aprovando, as disciplinas ofertadas neste PPC podem ser ministradas de forma concentrada.

12. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS

1º SEMESTRE:

INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ementa: Conceitos e concepções de ciência e de história. Conhecimento comum e conhecimento científico em história. A metodologia científica na história. Tipos de textos acadêmicos: resumo, resumo expandido, resenha, revisão bibliográfica, fichamento, artigos, monografia, dissertação e tese. As especificidades da linguagem científica. Técnicas de pesquisa. Estrutura de um projeto de pesquisa. Normas da ABNT para trabalhos acadêmicos.

Objetivos: Capacitar o aluno para a compreensão dos mecanismos técnicos e científicos no desenvolvimento da pesquisa em História e demais trabalhos acadêmicos; Explorar as técnicas de pesquisas, bem como os tipos de escritas acadêmicas; Conhecer as normas da ABNT para a compreensão e escrita de textos acadêmicos.

Bibliografia básica:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia complementar:

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. 2. ed.rev.atual. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 **Informação e documentação**: trabalhos acadêmicos, apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

BECKER, Howard S. **Truques da Escrita: para** começar e terminar teses, livros e artigos. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2015.

NETO, João Augusto Mattar. **Metodologia científica na era da informática**. SP: Saraiva, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

Ementa: A História enquanto modo de conhecimento; objetividade, subjetividade, verdade e critérios de cientificidade. Campos da História: política, social, econômica, cultural; das mentalidades, do imaginário, da cultura material. Abordagens históricas: micro/macro, regional/local, oral, imediata, serial, biográfica, arqueológica. Principais domínios da história. Periodizações da História. Tempo e temporalidade. Fontes e documentos.

Objetivos: Promover o contato inicial dos graduandos e graduandas com os debates que tratam do ofício do historiador e da produção do conhecimento histórico; Propor reflexões sobre o trabalho do historiador, passível de englobar a relação entre campos, domínios e abordagens históricas; períodos, fatos históricos, tempos históricos, documentos e fontes.

Bibliografia básica:

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 6ª ed. Petrópolis : Vozes, 2009.

PROST, Antoine. **Doze lições de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Bibliografia complementar:

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo. Ensaio. 1992.

KOSELLECK, Reinhart [et.al.]. **O conceito de história**. Trad: René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Jacques; REVEL, Jacques. **A História Nova**. Trad: Eduardo Brandão. 5ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 2005.

TÉTART, Philippe. **Pequena História dos historiadores**. Trad: Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2000.

HISTÓRIA ANTIGA

Ementa: As civilizações do Oriente: Mesopotâmia. Egito: manifestações de religiosidade e poder. Hebreus: monoteísmo e organização política e cultural. A formação das sociedades da Antiguidade Clássica Ocidental. As práticas culturais em suas diferentes formas de expressão e aspectos: social, econômico, político, religioso, intelectual e o trabalho. A expansão romana e a desestruturação do mundo antigo. Problematização e desconstrução da História Antiga enquanto mito fundador do Ocidente. Crítica dos discursos sobre a antiguidade na sociedade contemporânea. O ensino de História Antiga na Educação Básica: análises e perspectivas.

Objetivos: Instrumentalizar o futuro profissional da História para que ele possa conhecer os conceitos prioritários referentes à área de História Antiga Oriental e Ocidental, visando torná-lo apto para agregar em sala de aula o processo de organização do saber, articulando a pesquisa, o ensino e sua aplicação.

Bibliografia básica:

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **História da Grécia**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2000.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo, Contexto, 2000.

Bibliografia complementar:

FEBVRE, Lucien. **A Europa: gênese de uma civilização**. São Paulo: EDUSC, 2001.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba.; HIRATA, Elaine Farias Veloso (org.). **Estudos sobre a cidade antiga**. São Paulo: Edusp, 2009.

GRALHA, Julio. **Deuses, faraós e poder: legitimidade e imagem do Deus dinástico e do monarca no antigo Egito – 1550/1070 a. C.** Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luis. **História Antiga**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LEICK, Gwendolyn. **Mesopotâmia: a invenção da cidade**. São Paulo: Imago, 2003.

DIREITOS HUMANOS E AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E DE GÊNERO

Ementa: Principais conceitos usados nos estudos dos Direitos Humanos. Políticas públicas de educação em direitos humanos aplicadas aos diferentes espaços educativos para a difusão de uma cultura de reparação de direitos e combate ao racismo. Desigualdades étnico-raciais e as ações afirmativas para diferentes populações, como negros, indígenas e quilombolas. As relações entre gênero, raça e etnia na escola e as concepções presentes nos currículos, livros didáticos e práticas pedagógicas. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais a partir da Lei 10.639/03 e 11.645/08 e o combate a todas as formas de discriminação.

Objetivos: Refletir sobre os princípios pedagógicos e metodológicos que norteiam uma educação voltada aos Direitos Humanos nos diferentes temas e espaços educativos; Identificar as principais concepções que embasam as relações sociais, étnico-raciais e de gênero na escola, com o meio ambiente e o processo educativo dos corpos e dos sentidos; Discutir as relações entre gênero, raça e etnia e seus aspectos culturais; Orientar práticas pedagógicas de combate a todas as formas de discriminação, racismo e violência.

Bibliografia básica:

CANDAU, Vera Maria (Org). **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, Nilma Lino (Org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03.** Brasília: MEC; Unesco, 2012.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola.** Brasília, DF: MEC, 2001.

Bibliografia complementar:

AQUINO, Julio Groppa (org.) **Sexualidade na Escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos / MEC, 2003.

_____. **Orientações e Ações Para a Educação das Relações Etnicorraciais.** Brasília: SECAD, 2006.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Suzana. **Educar em Direitos Humanos construir democracia.** DP&A. Rio de Janeiro, 2000.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora. “De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento lgbt brasileiro.” In: **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.3 - 2009 - pp.54-81.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.

HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: A relação entre História, Filosofia e Educação. Pensamento pedagógico brasileiro na perspectiva histórica e filosófica nos diferentes períodos: período pré-colonial (educação indígena), Colonial, Monarquia e República (1889-aos dias atuais). A trajetória da História como campo disciplinar no século XIX. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. A construção da memória no ensino da História. A formação do profissional de História e a criação dos cursos universitários de História. Pensamento pós-colonial e Educação: outra perspectiva epistemológica sobre questões étnico-raciais e de gênero

Objetivos: Compreender a inter-relação entre História, Filosofia e Educação no processo educativo; apresentar a trajetória do pensamento pedagógico brasileiro e discutir a história do ensino de História; Conhecer a produção teórica pós-colonial e seus impactos sobre a prática pedagógica.

Bibliografia básica:

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & Ensino de História**, Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia complementar:

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.” **Manguinhos - História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, 19(2), abril-junho 2012.

NADAI, Elza. “O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva.” In: **Revista de História**, nº 25/26. São Paulo: ANPUH, 1993.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado. Uma discussão necessária à formação do profissional de História**. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

REZNIK, Luís. “A construção da memória no ensino da História.” In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 2004, p. 339-350.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. 6. ed. São Paulo: ed. Moraes, 1986.

2º SEMESTRE:

HISTÓRIA MEDIEVAL

Ementa: A Europa Feudal. O sistema servil. Incremento comercial e urbano. Consolidação do cristianismo e conflitos religiosos. Migrações germânicas. Formação das monarquias nacionais. Aspectos culturais da Idade Média. O Medieval como concepção do Moderno e do Contemporâneo. O Imaginário social coletivo.

Objetivos: Instrumentalizar o futuro profissional da História para que ele possa conhecer os conceitos prioritários referentes à História Medieval, visando torná-lo apto para agregar em sala de aula o processo de organização do saber, articulando a pesquisa, o ensino e sua aplicação.

Bibliografia básica:

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. 2. Ed. Lisboa: Edições 70, 2001.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; S. Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Bibliografia complementar:

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses (séculos VII-XII)**. Lisboa: Estampa, 1978.

HEERS, Jacques. **História Medieval**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

LE GOFF, Jacques. (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989.

WOLFF, Philippe. **O outono da Idade Média ou a Primavera dos Tempos Modernos**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

METODOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa: Reflexão sobre a produção do conhecimento histórico e seus desdobramentos na prática pedagógica, considerando as novas metodologias de ensino e as possibilidades para o ensino de história na Educação Básica. Propostas teórico-metodológicas para o Ensino de História nos diferentes níveis da Educação. Relação entre a história, antropologia social e metodologias ativas para aprendizagem e formação das identidades e da consciência histórica.

Objetivos: Conhecer as novas metodologias e possibilidades para o ensino de história considerando as competências e habilidades da Educação Básica; Compreender e debater sobre os conceitos históricos contemporâneos contextualizando-os em suas dimensões social e política; Adquirir referencial teórico-metodológicos que o auxilie no exercício da prática pedagógica em sala de aula; Identificar e valorizar a importância das novas metodologias ativas para a aprendizagem, formação das identidades e da consciência histórica; Refletir sobre a importância da relação entre história e antropologia social para o ensino de história.

Bibliografia básica:

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RUSEN, Jorn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UNB, 2007.

Bibliografia complementar:

FERRO, Marc. **A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação de Massas**. 2ª ed. Tradução de Wladimir Araújo. São Paulo: Ibrasa, 1983.

BURGUIÈRE, André. A antropologia Histórica. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martines Fonte, 2005, pp. 168-206.

CARRETERO, Mario (org.). **Construir e Ensinar** – As Ciências Sociais e a História. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de História**. Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface** – como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão de Rezende (orgs). **Jorn Rusen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

HISTÓRIA DA AMÉRICA I

Ementa: Estudos das sociedades pré-colombianas - Astecas, Maias e Incas. Conquista e colonização da América Ibérica e América do Norte. O choque da Conquista. Ocidentalização e escravidão nas Américas. As estruturas da sociedade colonial. Os processos de independência das colônias. A formação dos Estados Nacionais e o capitalismo nas Américas.

Objetivos: Conhecer diferentes aspectos sobre as sociedades pré-colombianas – Astecas, Maias e Incas; Compreender o processo da conquista e colonização das Américas Ibérica e Norte Americana nos séculos XVI, XVII e XVIII; Conhecer e analisar a formação das estruturas políticas, econômicas, religiosas e culturais nas sociedades latino americanas e norte americanas; Identificar os principais elementos que contribuíram para a desarticulação do sistema colonial e conseqüente independências das colônias na América Ibérica e América do Norte; Estudar a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento do capitalismo desigual nas Américas; Discutir as principais experiências revolucionárias no final do século XIX e início do XX na América Latina; Aprimorar os conceitos e conhecimento histórico para desenvolver pesquisas relacionadas com o Ensino de História das Américas.

Bibliografia básica:

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KARNAL, L; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius. **História dos Estados Unidos. Das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Bibliografia complementar:

BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, 1995, vol. I, II e IV.

COBEN, Stanley e RATNER, Norman. (org.). **O desenvolvimento da cultura norte-americana**. Tradução Elcio Gomes e Neide Loureiro Pinto. Rio de Janeiro: Anima, 1985.

LEHMANN, Henri. **As civilizações pré-colombianas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius de. Renovação da História da América, in: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola**. In: Estudos Históricos, vol. 10, n.20, 1997, pp. 275-293.

GRUZINSKY, Serge. **O pensamento mestiço**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 63-110.

HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA I

Ementa: A Lei 10.639/03 e as políticas educacionais antirracistas. África e Historiografia: fontes escritas e orais. A organização dos Impérios e Reinos africanos. Religiões africanas, islamismo e cristianismo. Formas de contatos entre europeus e sociedades africanas. As diferentes modalidades de escravidão na África. Tráfico transatlântico de escravos. Biografias, diáspora africana e Mundo Atlântico. África na diáspora: resistência, negociações e reinvenções culturais. A cultura afro-brasileira como componente de resistência à escravidão. Sociabilidades negras no Brasil escravista: batuques, calundus e candomblés.

Objetivos: Por meio do desenvolvimento de pesquisas e discussões de temas referentes à História da África e da cultura afro-brasileira, espera-se que o(a) estudante: Adquirir conhecimentos sobre a História da África e dos afrodescendentes no Brasil; Compreenda as impropriedades da visão eurocêntrica de “inferioridade africana” e crie novas representações sobre a África e os africanos; Analise a história do continente africano em seus aspectos internos e externos (ou seja, nas suas conexões, por meio da perspectiva “Atlântica”); Reconheça aspectos sociais, culturais e políticos da presença de africanos – e de seus descendentes – no Brasil escravista e no pós-Abolição e crie novas representações sobre o protagonismo negro; Reflita sobre as diferentes formas de negociações e resistências na diáspora africana; Compreenda experiências culturais e políticas da Abolição e do Pós-Abolição em perspectiva transnacional; Pesquise e elabore planos de aula sobre o tema para serem aplicados no ensino básico.

Bibliografia básica:

KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Bibliografia complementar:

LOPES, Carlos. “A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”. In: **Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”**. Lisboa: Linopazas, 1995.

MUNANGA, Kabengele. “Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?”, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 62, dez., p. 20-31, 2015.

REIS, João José. **Domingos Sodré um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **Um Rio Chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África**. 5º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: A Psicologia como ciência. Caracterização e importância da Psicologia da Educação e sua contribuição nos processos de ensino e aprendizagem. Adolescência: teorias do desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social do adolescente. Diferenças Individuais e condições de aprendizagem. Motivação e avaliação da aprendizagem.

Objetivos: Compreender a Psicologia da Educação como pressuposto básico para a formação docente e suas práticas pedagógicas a partir de uma leitura crítica do processo ensino aprendizagem;

Conhecer as principais teorias que tratam do desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social do adolescente; Conhecer e refletir sobre teorias que tratam do desenvolvimento e da aprendizagem na adolescência e como a Psicologia da Educação contribui na compreensão desses processos; Compreender a relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem.

Bibliografia básica:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima.; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. **Psicologia do desenvolvimento: conceitos fundamentais**. São Paulo: EPU, 1982.

Bibliografia complementar

CUNHA, Marcus Vinicius da. **Psicologia da Educação**. RJ: DP e A, 2000.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 2003.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

POZO, Juan Ignácio. **Aprendizes e Mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

3º SEMESTRE:

HISTÓRIA MODERNA

Ementa: Conceito de História Moderna. Transição do Feudalismo para o Capitalismo. Renascimento. Reforma (protestante, calvinista e anglicana) e Contrarreforma (católica). Conceito de Estado Absolutista e Estado-nação. Antigo Regime Europeu, nos séculos XVII e início do XVIII. Cultura popular no período moderno. Revoluções burguesas. Abordagens da História Moderna nos livros didáticos.

Objetivos: Discutir as mudanças de agir e pensar proporcionadas pelos movimentos do Renascimento, da Reforma, da Contrarreforma e a formação do Estado Moderno; Discutir a fundação e a amplitude dos Estados Nacionais; Analisar a transição dos Estados Absolutistas para os Estados Nacionais, discutindo as ideias e as práticas que viabilizaram tais mudanças; Estudar a constituição e as características das sociedades modernas.

Bibliografia básica:

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. SP: Brasiliense, 1985.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Bibliografia complementar:

BURKE, Peter. **O renascimento**. Edições Texto & Grafia, Lda. Lisboa, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2 vols. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1994.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, **Colección Sur Sur**, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Ementa: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Interpretações do Brasil na década de 1930: Gilberto Freire, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda. Processos de formação da identidade brasileira. Principais correntes historiográficas brasileiras do século

XX e XXI. Projetos políticos para o Brasil expressos na historiografia. Debates e caminhos da historiografia brasileira contemporânea.

Objetivos: Analisar o processo de constituição da historiografia brasileira ao longo dos séculos XIX e XX; Estabelecer as relações entre projetos políticos para o Brasil e a historiografia nacional; Evidenciar os liames entre identidade nacional e a historiografia; Compreender a historiografia como manifestação da consciência histórica nacional.

Bibliografia básica:

FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4º ed. São Paulo: Contexto, 2001.

NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. **Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. ampl. Rio de Janeiro : FGV, 2007.

Bibliografia complementar:

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte: IPEA, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

PARADA, Mauricio; RODRIGUES, Henrique Estrada. **Os historiadores vol. 4: clássicos da História do Brasil**. Rio de Janeiro : Vozes, 2018.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HISTÓRIA DO BRASIL I

Ementa: Panorama do processo de ocupação do continente americano antes da conquista e colonização ibérica. Portugal e o imaginário europeu no contexto da expansão ultramarina. América portuguesa: sociedade, economia e cultura. Expansão territorial no século XVIII. Crise do antigo sistema colonial. Transferência da corte portuguesa e o processo da independência do Brasil. Pesquisa e ensino sobre o período colonial.

Objetivos: Apresentar a presença de povos originários anteriores à conquista e colonização portuguesa; Contextualizar o impacto da exploração colonial na desagregação das populações

nativas; Estudar o tráfico atlântico e escravização africana nas *plantations* e no ciclo da mineração; Confrontar historiografia sobre modelos que explicam a colonização do Brasil; Estimular leitura crítica sobre a formação social brasileira na perspectiva histórica de longa duração.

Bibliografia básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos Viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 (vol. 1, 2 e 3).

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Bibliografia complementar:

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio:** civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MONTEIRO, Jhon Manuel. **Negros da Terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta.** A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias, São Paulo: Ed. Senac, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da (org.). **Brasil:** colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil.** 1. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Ementa: O contato entre portugueses e indígenas no período colonial. A legislação colonial – O Diretório. Grupos indígenas de Mato Grosso no século XVIII. Os indígenas e a Lei de Terras (1850). Panorama da história dos povos indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul. A questão política e econômica acerca das terras e da mão-de-obra indígena no Brasil. A organização sociocultural das sociedades indígenas. A relação de dominação e a ação e reação dos índios aos impositivos do contato, conferindo-lhes o papel de agentes históricos.

Objetivos: Refletir sobre diferentes abordagens da historiografia relativa à História Indígena do Brasil e Mato Grosso do Sul; Reconhecer os processos históricos da história dos povos indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul, buscando evidenciar os conflitos de interesses oriundos do contato; Refletir sobre os condicionamentos históricos que promoveram a situação vivenciada pelos índios na atualidade; Estimular o interesse dos alunos para a pesquisa sobre a temática indígena através de estudos interdisciplinares

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha e SHOJET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

CUNHA. M.C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MONTEIRO, J.M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VASCONCELOS, Cláudio Alves. **A Questão Indígena na Província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BRAND, Antônio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. 1997. (Doutorado em História) – Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 1997

CUNHA. Manuela Carneiro da. **Os direitos do Índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MELIÁ, Bartomeu; GRÜMBERG, Georg; GRÜMBERG, Friedl. **Etnografía Guaraní del Paraguay Contemporáneo: Los Pai Tavyterã**. Suplemento antropológico. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, 1976.

PEREIRA, Levi Marques. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Dourados: UFGD, 2016.

HISTÓRIA DE MATO GROSSO: DA COLÔNIA À REPÚBLICA

Ementa: Caracterização geográfica da região Centro-Oeste, priorizando estudos sobre Mato Grosso do Sul. Confrontos entre índios e espanhóis. Minas de Cuiabá. As monções. Guerra do Paraguai. A economia do sul de Mato Grosso no final do século XIX e início do século XX: o gado e a erva-mate. A Ferrovia Noroeste do Brasil.

Objetivos: Traçar um perfil das origens do povoamento e monções que atravessaram o Mato Grosso do Sul a partir da História do estado de Mato Grosso; Evidenciar a busca de riquezas e a defesa da fronteira contra o domínio espanhol como fatores do povoamento do interior do Brasil; Evidenciar os principais acontecimentos ocorridos durante a Guerra do Paraguai.

Bibliografia básica:

BIANCHINI, Odalécia C. Diniz. **A companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: 1880 – 1940**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

CORRÊA, Lucia Salsa. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso (1870-1920)**. Campo Grande: UCDB, 1999.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868 – 2003)**. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

Bibliografia complementar:

CORRÊA, Valmir Batista. **História e violência em Mato Grosso (1817-1840)**. Campo Grande: editora UFMS, 2000.

_____. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso. 1889-1943**. Campo Grande: Ed.UFMS, 1995.

JESUS, Nauk Maria de (org.). **Cenários da Fronteira Oeste (Séculos XVIII e XIX)**. Cuiabá: EdUFMT, 2020.

QUEIROZ, P. **Uma ferrovia entre dois mundos**. A E.F. Noroeste do Brasil e primeira metade do século XX. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: UFMS, 2004

SQUINELO, Ana Paula, TELESCA, Ignacio (orgs). **150 após a Guerra do Paraguai entre olhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai**. Campo Grande: Life editora, 2019.

4º SEMESTRE:

HISTÓRIA DO BRASIL II

Ementa: Conjuntura da independência política do Brasil. Emancipação e construção do Estado nacional. O breve primeiro reinado (1822-1831). Período regencial em meio à instabilidade política. Expansão da economia cafeeira. Segundo reinado: estabilidade e o problema da escravidão. Economia e sociedade. Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Abolicionismo e rebeldia escrava. Queda da monarquia, instauração da república.

Objetivos: Refletir sobre a constituição da ordem imperial escravista, em meio a disputas entre centralização e federalismo, liberalismo e conservadorismo; Analisar o império brasileiro diante das contradições intrínsecas, destacando como problema central o tema da escravidão; Estudar a sociedade, cultura e vida privada na corte e nas províncias; Estimular a leitura crítica em relação aos principais debates historiográficos do Brasil império; Refletir sobre a crise e queda da monarquia. Construir mediações que levem o acadêmico a ler criticamente informações veiculadas em livros didáticos e que digam respeito ao conteúdo trabalhado.

Bibliografia básica:

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: A elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia complementar:

ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil**. 2. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial, São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte, São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2007.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1972. Tomo II (O Brasil monárquico), vol. 3, 4, 5, 6 e 7.

HISTÓRIA DA AMÉRICA II

Ementa: Movimentos revolucionários no século XX nas Américas. Blocos econômicos e interesses imperiais. Diversidade e polaridades culturais entre as vertentes anglo-saxã, afro-americana e indo-americana. Globalização, violência e conflitos nas Américas. As pesquisas e o ensino de História das Américas.

Objetivos: Abordar os movimentos revolucionários na América contemporânea; Analisar as interpretações fundadas nos conceitos de países subdesenvolvidos e desenvolvidos em relação as Américas, EUA e Europa; Analisar as relações dos países latino americanos com os Estados Unidos da América no século XIX e XX; Problematizar as questões relacionadas com a diversidade e polaridades culturais baseadas nas matrizes anglo-saxã, afro-americana e indo-americana; Aperfeiçoar os instrumentos teóricos-metodológicos para o ensino de história das Américas; Investigar e aprofundar o conhecimento sobre globalização, violência e conflitos na América Latina e nos Estados Unidos da América.

Bibliografia básica:

KARNAL, L; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius. **História dos Estados Unidos. Das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO, Maria Ligia Coelho, PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS, Daniel Arão, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (org.) **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. I, II e III.

Bibliografia complementar:

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A revolução mexicana**. São Paulo: UNESP, 2010.

CHUDACOFF, Howard P. **A evolução da sociedade urbana**. Tradução Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

IANNI, Otavio. **A formação do Estado Populista na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

SILVA, Bruno. **As cores do novo mundo: degeneração, ideias de raça e racismos nos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Lisbon Press, 2020.

WIN, Peter. **A Revolução Chilena**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2010.

HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA II

Ementa: Abolição e Pós-Abolição: uma discussão historiográfica. Protagonismo negro na Abolição da escravidão brasileira. O negro no pós-abolição e o mito da democracia racial. Trajetórias de personagens negros no pós-abolição. História Social dos Quilombos no Brasil: Lutas Políticas e Patrimônio Cultural. O negro em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Colonialismos e resistências africanas. Antirracismo e anticolonialismo: a articulação pan-africanista e os processos de independências no continente africano. Dilemas políticos, econômicos e culturais no pós-independências à atualidade em países africanos de língua oficial portuguesa. História da África e Cultura Afro-Brasileira na sala de aula.

Objetivos: Por meio do desenvolvimento de pesquisas e discussões de temas referentes à História da África e da cultura afro-brasileira, espera-se que o(a) estudante: Adquirir conhecimentos sobre a História da África e dos afrodescendentes no Brasil; Compreenda as impropriedades da visão eurocêntrica de “inferioridade africana” e crie novas representações sobre a África e os africanos; Analise a história do continente africano em seus aspectos internos e externos (ou seja, nas suas conexões, por meio da perspectiva “Atlântica”); Reconheça aspectos sociais, culturais e políticos da presença de africanos – e de seus descendentes – no Brasil escravista e no pós-Abolição e crie novas representações sobre o protagonismo negro; Reflita sobre as diferentes formas de negociações e resistências na diáspora africana; Compreenda experiências culturais e políticas da Abolição e do Pós-Abolição em perspectiva transnacional; Pesquise e elabore planos de aula sobre o tema para serem aplicados no ensino básico.

Bibliografia básica:

ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; BRASIL, Éric; MONTEIRO, Lívia. (orgs.). **Cultura Negra: Novos desafios para a História e os Historiadores**. 1ed. Niterói: EdUFF, 2018, (v. 1 e 2).

BOAHEN, Adu (org.). **História Geral da África – VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos, CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Bibliografia complementar:

APPIÀH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai.** A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos:** uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

_____; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MAZRUI. Ali Al'amin, WONDJI, Christophe (org.). **História Geral da África – VIII:** África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **História da África e do Brasil afrodescendente.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

HISTÓRIA DE MATO GROSSO À MATO GROSSO DO SUL

Ementa: Ocupação do espaço e imigração no século XX. Banditismo e violência. O sul de Mato Grosso no contexto da Marcha para Oeste: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Ditadura militar no sul de Mato Grosso. A criação do estado de Mato Grosso do Sul. A prática de ensino e a importância da pesquisa sobre Mato Grosso do Sul no ensino fundamental e médio.

Objetivos: Subsidiar uma visão crítica sobre o desenvolvimento do estado do Mato Grosso do Sul com suas dificuldades, distância dos grandes centros, baixa densidade populacional, conflitos com os indígenas, questões fundiárias, ditadura militar e disputas pelo poder; Enfatizar os estudos regionais na educação básica

Bibliografia básica:

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Ervais em queda:** transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970). Dourados: UFGD Editora, 2013.

ARAKAKI, Suzana. **As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso:** apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969). Tese (Doutorado em História), UFGD, Dourados, 2015.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul:** a construção de um estado. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v.

Bibliografia complementar:

BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital.** Campo Grande: Ed. UFMS, 1999 (Col. Fontes Novas).

FACHIN, Viviane Scalon. **Os processos de ordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso e de reordenamento de terras no sul de Mato Grosso do Sul:** da colonização à reforma agrária (1943-2000). Tese (Doutorado em História). Dourados, UFGD, 2015.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política na fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla (1892-1992). Cuiabá: EdUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. (Org). **Histórias que (Re) contam História**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do Sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2013.

DIDÁTICA

Ementa: Epistemologia da Didática. Fundamentação teórico-prática para o desempenho do processo ensino aprendizagem. A Didática instrumental e a Didática Fundamental. A práxis pedagógica: educador e educando. A relação professor/aluno na sala de aula. Elementos estruturantes da ação docente: planejamento educacional, gestão do processo didático e avaliação da aprendizagem. Profissão docente e formação continuada. A didática aplicada ao ensino de História e suas dimensões políticas e sociais. Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática. Planejamento de ensino. A produção histórica e suas consequências para a educação no ensino fundamental e médio.

Objetivos: Compreender a importância da didática na organização do trabalho pedagógico do professor; Relacionar as concepções pedagógicas e de currículo ao fenômeno educativo na sala de aula; Conhecer os paradigmas de avaliação da aprendizagem concebendo a avaliação como elemento mediador da aprendizagem; Reconhecer a profissão docente e suas implicações sociais e históricas; Debater os principais problemas enfrentados pelos professores na sala de aula; Fornecer subsídios aos acadêmicos para avaliarem técnicas e materiais didáticos e utilizarem-se desses.

Bibliografia básica:

CANDAU, Vera Maria. **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DIEHL, Astor Antônio. **Apontamentos para uma didática da história**. Passo Fundo: Clio Livros, 2003.

FONSECA, Seiva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Ensino de 5ª a 8ª série**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Atual, 2003.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: velhos e novos temas. Edição do autor. Maio /2002.

5º SEMESTRE:

HISTÓRIA DO BRASIL III

Ementa: Primeira república e federalismo. Oligarquias, coronelismo e desigualdades regionais. Revoltas populares. Economia agroexportadora e gradativa formação industrial. Movimentos culturais e políticos da década de 1920. Tenentismo e crise da república oligárquica. Da Revolução de 1930 ao Estado Novo. Nacional-desenvolvimentismo e trabalhismo. O período democrático.

Objetivos: Promover o debate historiográfico sobre a experiência republicana liberal; Estudar os movimentos sociais urbanos e rurais que eclodiram nas primeiras décadas da república no Brasil; Proporcionar compreensão sobre o domínio das oligarquias; Estudar a vida privada, sociedade e cultura; Refletir sobre crise e movimentos sociais da década de 1920; Estudar a “Revolução de 1930” e a Era Vargas como um todo; Refletir sobre o Brasil diante da Segunda Guerra Mundial e o período democrático pós-1945; Levantar fontes e perspectivas de pesquisa e ensino sobre o período republicano.

Bibliografia básica:

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1972. Tomo III (O Brasil republicano), vol. 8 e 9.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem Incompleta**. Formação: histórias, São Paulo: Ed. Senac, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da vida privada no Brasil**. 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa: Estágio Supervisionado: diferentes concepções. O Estágio e a construção da identidade profissional docente. Atividade prática: a escola como campo de pesquisa na formação docente. Produção do conhecimento em História e relações com as escolas de Ensino Fundamental. Programa e recursos didático-metodológicos para o ensino básico. Observação de experiências de ensino-aprendizagem. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos diversos sobre o ensino da História. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico.

Objetivos: Desenvolver possibilidades para a docência com oficinas e projetos; Incentivar a produção de diferentes atividades (jogos, mapas, histórias em quadrinhos, charges, peças teatrais, fanzines, linha do tempo, metodologias para a leitura de espaços da memória, de intersubjetividades, etc) para o ensino de História; Planejar, organizar e executar experiências docentes formais ou alternativas para o ensino de história (além das atividades em escolas, propor também a interação com espaços comunitários através de projetos de ensino de história).

Bibliografia básica:

CERRI, Luís Fernando. **A formação de professores de história no Brasil:** antecedentes e panorama atual. História, histórias. Brasília, vol. 1, n. 2, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido & LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 2ª Edição. São Paulo-SP, Cortez, 2004.

SILVA, Cristiani Bereta da (org.). **Experiências do ensino de História no Estágio Supervisionado.** Vol. 1. Florianópolis: Udesc, 2011.

Bibliografia complementar:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura Política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AZEVEDO, Crislane Barbosa (org.). **Docência em história:** experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador. Natal: EDUFRRN, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum:** educação é a base. Brasília. MEC/SEB, 2018.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **História, ensino de história e livro didático:** a formação docente em debate. Sæculum - Revista de História, v. 38, jan./jun. 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2009.

TEORIA DA HISTÓRIA I

Ementa: Obras clássicas da Teoria da História – sécs. XIX e XX. As escolas históricas e seus fundamentos teóricos. Relação entre teoria e método no estabelecimento da história enquanto ciência. O papel dos conceitos em história. Epistemologia da história.

Objetivos: Iniciar os alunos nos debates da Teoria da História em sua fase científica – séc. XIX e XX; Evidenciar a relação entre a teoria da história, o domínio dos conceitos e a prática docente; Discutir o processo de formação das “escolas historiográficas”; Apresentar o campo disciplinar da Teoria da História.

Bibliografia básica:

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**, vol. 1: Princípios e conceitos fundamentais. Rio de Janeiro : Vozes, 2013.

MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo : Contexto, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**. Brasília: UnB, 2001-2007, 3vols.

Bibliografia complementar:

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Trad: Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Apresentação e notas: Julio Bentivoglio. Petrópolis : Vozes, 2009.

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Pref. Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2010.

COLLINGWOOD, Robin George. **A ideia de história**. Lisboa : Editorial Presença, 2001.

MARROU, Henri-Irenee. **Do conhecimento histórico**. São Paulo : Martins Fontes, 1975.

PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa: A trajetória do conceito de patrimônio cultural a partir do séc. XVIII. História, Memória e Patrimônio Cultural. Identidades Culturais na Contemporaneidade. Patrimônio Cultural Material e Imaterial. Noção de Patrimônio Cultural no Brasil. Gestão e Políticas de Salvaguarda do Patrimônio. Patrimônio Cultural e Diversidade. Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro e Indígena. Comunidades, memória social e patrimônio cultural. Valorização dos saberes e fazeres locais e regionais. Patrimônio Cultural e Ensino de História. Educação Patrimonial.

Objetivos: Por meio do desenvolvimento de pesquisas e discussões de temas referentes ao Patrimônio Cultural, espera-se que o(a) estudante: Compreenda e problematize os conceitos de patrimônio cultural, patrimônio cultural material e imaterial, memória, cultura e identidade; Reflita sobre os processos de construção, salvaguarda e representação do

patrimônio cultural e a sua relação com os “lugares das memórias”; Identifique as várias formas de manifestação do patrimônio material e imaterial; Reconheça a importância dos bens culturais como referenciais para a formação e afirmação de identidades; Reconheça e valorize os saberes e fazeres locais e regionais; Realize pesquisas de campo e elabore planos de aula sobre o tema para serem aplicados no ensino básico.

Bibliografia básica:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia (orgs.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 34 / 2012.

Bibliografia complementar:

BAUER, Leticia B.; BORGES, Viviane T (orgs). **História Oral e Patrimônio Cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

FONSECA, Cecília. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

QUEIROZ, Hermano. O Patrimônio Cultural Imaterial e a força normativa da Convenção para (da) Humanidade. **CADERNOS NAUI**, v. 9, n. 17, jul-dez 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E GESTÃO EDUCACIONAL

Ementa: Política Educacional: Conceito, objetivos e finalidades. Constituição de 1988 e Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Sistema de Ensino Brasileiro, e Educação básica: Ensino Fundamental, Ensino Médio. A educação enquanto um direito público. Princípios e Fundamentos da Gestão Escolar democrática. Acesso à educação e diversidades. Políticas de: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação a Distância, Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Escolar Quilombola. Financiamento da Educação. Políticas de avaliação. Concepções de Gestão Escolar: Técnico-Científica e Sócio-Crítica. Organização e gestão escolar. Gestão escolar e políticas públicas educacionais na atualidade.

Objetivos: Compreender os conceitos básicos da política educacional; Analisar a descontinuidade das políticas públicas educacionais; Analisar criticamente as políticas

educacionais a partir da constituição de 1988; Compreender as principais leis e as políticas para a educação básica no Brasil; Conhecer a organização do ensino nacional postuladas por estas leis; Conhecer as políticas de financiamento e avaliação do sistema; Conhecer e apropriar-se dos Princípios e Fundamentos da Gestão Democrática; Descrever e analisar as funções e atribuições dos gestores escolares.

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2002.

Bibliografia complementar:

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola "sem" partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP- UERJ, 2017.

GADOTTI, Moacir Gadotti.; CUNHA, Célio da; NOGUEIRA, Flávia; BORDIGNON, Genuíno. (orgs.). **O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.

6º SEMESTRE:

HISTÓRIA DO BRASIL IV

Ementa: Golpe civil-militar de 1964 e ditadura militar. Modernização conservadora. Novo sindicalismo. Novos movimentos sociais. Redemocratização política em meio à crise econômica, anos 1980. Neoliberalismo e privatizações, anos 1990. Governos democrático-populares e instabilidade das instituições republicanas. A atualização da questão nacional. A pesquisa e o ensino sobre o Brasil contemporâneo.

Objetivos: Debater a efervescência cultural e política dos anos de 1960 no Brasil; Discutir o projeto nacional-desenvolvimentista interrompido pelo golpe de estado de 1964; Oferecer debate sobre o Estado autoritário, repressão e censura; Estudar o conceito de novo sindicalismo e como os novos movimentos sociais entraram em cena: anos 1970-1980; Abordar a introdução do neoliberalismo e internacionalização econômica dos anos 1990; Oferecer fontes e perspectivas de pesquisa de ensino sobre a contemporaneidade brasileira.

Bibliografia básica:

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Bibliografia complementar:

FAUSTO, Boris. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1972. Tomo III (O Brasil republicano), vol. 10 e 11.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem Incompleta**. A grande transação. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil**. 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____.; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Ementa: Estudo dos processos históricos de formação das estruturas sociais, políticas e cultural das sociedades contemporâneas burguesas do século XIX ao XX. Revolução francesa e industrial. O avanço do capitalismo industrial e financeiro. Imperialismo e nacionalismos. Liberalismo, socialismo, racismo e conservadorismo. Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa.

Objetivos: Analisar os processos históricos de formação das estruturas sociais, políticas e culturais das sociedade burguesas contemporâneas, tomando como eixo principal a revolução francesa e industrial; Identificar o contexto histórico do avanço do capitalismo industrial e financeiro a partir do século XIX; Entender as consequências das práticas liberais e revolucionárias no mundo contemporâneo; Reconhecer e identificar a articulação política e econômica na formação do imperialismo e dos estados-nação nos séculos XIX e XX; Aperfeiçoar o conhecimento histórico sobre os conceitos e práticas do liberalismo, socialismo, racismo, nacionalismo e conservadorismo nos séculos XIX e XX; Articular o conteúdo a metodologias para o ensino de História Contemporânea; Analisar os fatores que contribuíram para desencadear a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa.

Bibliografia básica:

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Vol. 2 e 3.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. São Paulo: Forense, 2000.

Bibliografia complementar:

FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África**. Tradução Joel J. Silva.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TEORIA DA HISTÓRIA II

Ementa: Temas contemporâneos da Teoria da História. Temporalidade e espacialidade na história. A consciência histórica. História e memória. Representação historiadora. A história como escrita. História e pós-modernismo. A capacidade referencial da história.

Objetivos: Examinar as questões contemporâneas que orientam a Teoria da História; Discutir conceitos centrais da Teoria da História contemporânea; Fundamentar teoricamente a historiografia como prática científica, linguística e filosófica.

Bibliografia básica:

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. rev. tec. Arno Vogel. 2ª ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2006.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.

REIS, José Carlos. **Teoria e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

Bibliografia complementar:

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Trad: Andréa Souza de Menezes et.al. Belo Horizonte : Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro : Contraponto : PUC-Rio, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas : Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Trad. José Laurenio de Melo. 2^a ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ementa: Educação Especial: aspectos históricos e filosóficos. Problematização de conceitos sobre educação inclusiva. Legislação e políticas públicas de acessibilidade e inclusão. Formação docente e Práticas pedagógicas. Atendimento Educacional Especializado - AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais – SRM.

Objetivos: Construir uma compreensão histórica e filosófica da Educação Especial; Identificar os movimentos, documentos internacionais e nacionais e as políticas públicas de acessibilidade e inclusão; Analisar o processo pedagógico na educação especial, seus referenciais curriculares e tensões em relação à educação regular; Conhecer práticas pedagógicas para atendimento na sala comum e para o atendimento educacional especializado, por meio da sala de recursos multifuncionais.

Bibliografia básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

ERES, C. C.; LANCILLOTTI, S. S. P. **Educação especial em foco: questões contemporâneas**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2006.

MAZZOTTA, Marcos Jose Da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. DELIBERAÇÃO CEE/MS Nº 9367, DE 27 DE SETEMBRO DE 2010. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, modalidade educação especial, no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

SOUZA, Olga Solange Herval. **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: AGE, 2008.

PESQUISA EM HISTÓRIA

Ementa: Elaboração de projetos e relatórios de pesquisa em História. Normas, regras e convenções da pesquisa científica. Metodologia da pesquisa histórica. Relações entre pesquisa e ensino no trabalho do historiador. A importância da fundamentação teórica e conceitual. O papel social do historiador.

Objetivos: Apresentar os métodos e técnicas de pesquisa em história; Propiciar os conhecimentos necessários para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa em história e, suplementarmente, de ensino e extensão; Capacitar o aluno para formular escolhas e delimitações temáticas, espaciais e temporais; Instruir o aluno para formulação de problemas, objetivos, metodologias, justificativas e cronogramas.

Bibliografia básica:

BARROS, José D'Assunção. **Projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro conceitual. 10ª ed. Petrópolis : Vozes, 2014.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo : Contexto, 2020.

RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). **Possibilidades de pesquisa em história.** São Paulo : Contexto, 2017.

Bibliografia complementar:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 9ª ed. Barueri : Atlas, 2021.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e formação do historiador.** Petrópolis : Vozes, 2017.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** 23ª ed. São Paulo : Perspectiva, 2010.

LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes.** São Paulo : Contexto, 2009.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte : Autêntica, 2009.

7º SEMESTRE:

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ementa: A questão das terras indígenas no antigo sul de Mato Grosso no período republicano. Memória e identidade. Panorama geral dos povos indígenas no Brasil na atualidade, em especial no estado de Mato Grosso do Sul. Mobilizações sociais indígenas nas lutas pela terra e reconhecimento na sociedade brasileira. Legislação e políticas públicas e ensino de história e cultura indígena. O ensino de História Indígena e as perspectivas educacionais.

Objetivos: Reconhecer ações e lutas pela terra e pela cultura dos povos indígenas no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul; evidenciar a presença e participação indígena na educação brasileira; conhecer metodologias para práticas de ensino de História relacionadas à temática indígena na sala de aula.

Bibliografia básica:

CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle (orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul:** história, cultura e transformações sociais. Dourados, Editora UFGD, 2015.

SILVA, Giovani; MEIRELES, Marinelma Costa (orgs.). **A Lei 11.645/ 2008: Uma Década de Avanços, Impasses, Limites e Possibilidades**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Bibliografia complementar:

BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico do Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha**. 2014. 261 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

BENITES, Eliel. **A Busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá**. 2021. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: UNESP, 2016.

PEREIRA, Júnia Sales; ROSA, L. M. . O Ensino de História entre o dever de memória e o direito à história. *Revista História Hoje*, v. 1, p. 89-110, 2012. SILVA, Marcos(org.) **História. Que ensino é esse?** Campinas: Papyrus, 2013.

SILVA, Giovani. **ATIKUM: os índios negros de Mato Grosso do Sul**. Curitiba: CRV, 2019.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa: Produção do conhecimento histórico no Ensino Médio. Cultura escolar, saberes docentes e currículos no espaço escolar. Recursos didático-metodológicos para o Ensino Básico. Observação de experiências de ensino-aprendizagem. Análise de livros didáticos; debates e questões referentes à utilização do livro didático de História; discussões sobre temáticas implantadas pelas Leis 10639/03 e 11645/08. Análise, exame de práticas, alternativas e produção de material didático-pedagógico, com ênfase às possibilidades que as tecnologias digitais podem oferecer ao Ensino da História.

Objetivos: Discutir categorias fundamentais para a prática do licenciado em História relacionadas ao ensino e aos conteúdos propostos no ensino médio; Estudar bibliografias que sirvam de suporte para as reflexões dos acadêmicos nas atividades do ensino de História; Desenvolver metodologias de ensino que possibilitem uma visão crítica dos conteúdos propostos no ensino médio.

Bibliografia básica:

BITTENCOURT, Circe Maria. Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Raquel. (orgs). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

NÓVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum: educação é a base**. Brasília. MEC/SEB, 2018.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. **Ensino de História e Games: dimensões práticas em sala de aula**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2017. v. 1.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas. nº 01, p. 09-44., 2001.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

MORAES, Roque de; LIMA, Valdevez Marina do Rosário (org.). **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Ementa: Democracia e República de Weimar. Ascensão do fascismo e do nazismo. II Guerra Mundial. Da Guerra Fria à Queda do Muro de Berlim. Desmoronamento do bloco soviético. Globalização, democracia e terrorismos.

Objetivos: Compreender as principais relações do poder econômico e político entre as nações consideradas “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, contextualizando as relações das diversas realidades locais, nacionais e internacionais; Identificar as transformações produzidas na Europa, nas Américas e na Ásia após a Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa e a Grande Depressão de 1929; Analisar as questões da geopolítica, economia e cultura no contexto da ascensão do fascismo e do nazismo na Europa; Participar dos debates teóricos-metodológicos sobre a historiografia que aborda temas relacionados com a História contemporânea no ensino de história; Conhecer as razões políticas, militares, econômicas e culturais que influenciaram na queda do Muro de Berlim e no desmoronamento do bloco soviético; Identificar os elementos do processo de globalização relacionados com a democracia e o terrorismo nas sociedades do século XX e XIX.

Bibliografia básica:

ARENDET, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989,

FERRO, MARC. **A Revolução Russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HOBBSBAM, Eric John Ernest. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2ª ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: UNESP, 1995.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **Globalização, democracia e terrorismo.** Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEGRILLO, Angelo. **O declínio da URSS: um estudo das causas.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contextos, 2004, pp. 163-184.

ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL

Ementa: A relação entre: Arqueologia, História e Cultura Material. Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa arqueológica em campo e laboratório. Os renovados estudos no campo da Arqueologia. O processo de formação dos sítios arqueológicos. As diversas categorias de evidências arqueológicas. O registro arqueológico. O período pré-cabralino. O patrimônio arqueológico brasileiro e de Mato Grosso do Sul. Arqueologia e gestão patrimonial. A Arqueologia no ensino de História: metodologias de abordagem no Ensino fundamental e médio.

Objetivos: Debater a trajetória da Arqueologia e seus aspectos teóricos e metodológicos; Refletir sobre a Arqueologia no ensino de História, enfatizando a diversidade étnica e cultural e sua relação com o Patrimônio Cultural; Estimular a reflexão sobre o patrimônio arqueológico brasileiro como forma de incentivo a sua preservação e os diferentes tipos de sítios arqueológicos; Oferecer subsídios básicos sobre a atividade arqueológica para o estudo da cultura material resgatada em campo; Propiciar noções gerais relativas ao panorama dos sítios arqueológicos do Brasil Central e seus problemas específicos de pesquisa e conservação; Discutir questões relativas à pré-história do Brasil e regional; Despertar para a importância do estudo da cultura material na construção da identidade brasileira diante das múltiplas facetas étnicas.

Bibliografia básica:

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Arqueologia das Sociedades Indígenas no Pantanal.** Campo Grande: Oeste, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003.

_____ (org.). **Cultura material e arqueologia histórica.** Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP, 1998.

Bibliografia complementar:

AGOSTINI, Camilla. Cultura material e a experiência africana no Sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 39- 47, 2009.

ALMEIDA, Márcia Bezerra. **O Australopiteco Corcunda** – As Crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola. 2002. 180 f. Tese (Doutorado em Arqueologia), FFLCH/ USP, São Paulo.

BRUNO, Maria Cristina. A importância dos processos museológicos para a preservação do Patrimônio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, Brasil, n. 3, p. 231-220, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia brasileira. **Horizontes Antropológicos**, ano 8, n. 18, p. 131-153. 2002.

_____; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

GOMES, Flávio; SYMANSKI, Luís Cláudio. Da Cultura Material da Escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em Arqueologia e História. **REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA**, Rio de Janeiro, 7, 1: 293-338, 2013.

MARTINS, Gilson Rodolfo; KASHIMOTO, Emília Mariko. **12.000 anos: Arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life Editora/FCMS, 2012.

HISTÓRIA DA ÁSIA I

Ementa: Processos de colonização dos países asiáticos. Rotas comerciais no século XIV. Dimensão geográfica, política, econômica e cultural nos países asiáticos. Encontros e conflitos na Ásia do século XVI ao século XIX. Imperialismo, Orientalismo e Eurocentrismo. Cultura e Religião.

Objetivos: Compreender os processos de colonização dos países asiáticos conforme contextos políticos e econômicos mundiais; Aprofundar o conhecimento histórico social das seis regiões: Ásia Central, Extremo Oriente, Norte da Ásia, Oriente Médio, Sudeste Asiático e Sul da Ásia; Conhecer os diferentes elementos da cultura e religião, conforme os países da Ásia contemporânea; Identificar os diferentes países do continente asiático, associando-os aos processos históricos de colonização e descolonização; Analisar o capitalismo, socialismo, democracia e globalização em uma perspectiva histórico social concernentes aos países asiáticos; Discernir as diferentes interpretações historiográficas sobre os conceitos de imperialismo, orientalismo e eurocentrismo, relacionando-os aos contextos históricos e econômicos na Ásia.

Bibliografia básica:

AGUIAR, Hugo Hortêncio. História da Rússia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a. 39 n. 156 out./dez. 2002.

COLIN, Mason. **Uma breve história da Ásia**. Tradução Caesar Souza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

MACEDO, Emiliano Unzer. **História da Ásia: uma introdução à sua História Moderna e Contemporânea**. Vitória/ES: UFES, 2016.

Bibliografia complementar:

CHESNEAUX, Jean. **A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976.

GRUZINSKI, Serge. **Que horas são.....lá, no outro lado?** América e Islã no limiar da época moderna. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2012.

GOODY, Jack. **O Roubo da História:** como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: UNESP, 2004.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo:** o oriente como invenção do ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEGRILLO, Ângelo. **Ásia e Europa em Comparação histórica:** o debate entre eurocentrismo e asiocentrismo na História Econômica Comparada de Ásia e Europa. Curitiba: Prisma, 2014.

8º SEMESTRE:

HISTÓRIA AMBIENTAL

Ementa: Incitar a discussão dos principais temas, fontes e conceitos relacionados aos estudos e pesquisas que englobam natureza, ecologia, sociedade e preservação ambiental, tratando-os enquanto objeto da História. O foco das discussões recai sobre as transformações do imaginário ocidental com relação ao mundo natural e a História do pensamento e das práticas de transformação dos ambientes mediante demandas culturais, econômicas e políticas. As bases epistemológicas da História Ambiental, transformação e preservação dos diversos ecossistemas pelas sociedades humanas nos diferentes momentos históricos são interesses centrais da disciplina.

Objetivos: Propiciar o entendimento das diferentes interpretações de um sistema cultural abrangente de imagens e códigos que possibilitam ao homem ver a natureza como portadora de aspectos que englobam um universo simbólico, de representações construídas temporalmente e sintetizadas pela memória, cultura, política e economia; Repensar a relação do humano com o meio ambiente, mediante a imposição da supremacia da exploração ambiental desde o século XIX, orientada pela teoria do progresso, levando a saturação e colocando em risco a vida no planeta; Conhecer as orientações sobre meio ambiente aplicadas à educação.

Bibliografia básica:

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo:** A História e a Destruição da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental:** Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes: 2009

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2015

Bibliografia complementar:

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KMITTA, Ilsyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN, Tânia Regina (orgs). **História Ambiental: configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas**. Vitória: Ed. Milfontes, 2020.

HISTÓRIA DA ÁSIA II

Ementa: Descolonização dos países asiáticos no século XX. Nacionalismo e formação dos estados nacionais na Ásia. Diversidade cultural e religião. Revolução Cultural na China. Transformações econômicas, capitalismo, socialismo e democracia na Ásia. Globalização, economia e terrorismo.

Objetivos: Compreender os processos de descolonização dos países asiáticos a partir do século XIX; Identificar os elementos de formação do nacionalismo nos países das seis regiões asiáticas; Discutir os conceitos de “Oriente” e “Ocidente” conforme a historiografia contemporânea; Conhecer os elementos históricos, sociais, políticos e econômicos que contribuíram para a desencadear a revolução chinesa; Fomentar as análises sobre os discursos e olhares ocidentais do século XXI sobre a Ásia, em especial, China, Índia, Rússia e Japão; Estudar a história da Ásia tomando como referência os conceitos de “democracia” e “globalização” no mundo contemporâneo; Identificar as diferentes culturas e religiões entre os países da Ásia; Analisar o ensino de história da Ásia na educação básica.

Bibliografia básica:

AGUIAR, Hugo Hortêncio. História da Rússia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a. 40 n. 159 jul./set. 2003.

HUANGA, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o sul global. Tradução Hugo Dahlin e João Victor Guimarães. **Revista de Economia Contemporânea**, 2018, 22/1, pp. 1-26

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: Desafios da revolução no século XXI**. Tradução Diego Silveira. São Paulo: Boitempo, 2020.

Bibliografia complementar:

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994.

SAID, Edward Wadie. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PINENT, Carlos. **Breve introdução à história da China**: da formação da civilização chinesa ao século XXI. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SCHWARTZ, Gilson. **Lições da Economia Japonesa**. São Paulo: Saraiva, 1995.

SEGRILLO, Ângelo; PENNAFORTE, Charles (eds.) **A Ásia no Século XXI**: olhares brasileiros. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

TECNOLOGIAS DIGITAIS E ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa: Conceitos de capitalismo de vigilância e psicopolítica. Tecnologias da Informação e Comunicação em uma perspectiva decolonial: Colonialismo de dados; tecnopolíticas e resistências digitais. Cultura digital nas escolas brasileiras. Plataformas para aprendizagem e o Ensino de História. Aplicabilidade de ferramentas tecnológicas no ambiente escolar.

Objetivos: Discutir conceitos voltados à compreensão do mundo digital; Estabelecer relações entre as Tecnologias Digitais e o Ensino de História; Refletir sobre a utilização das mídias digitais para produção de material didático e para o cotidiano escolar.

Bibliográfica básica:

BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. v. 1: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al. (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

Bibliografia complementar:

ALVES, Flora. **Gamification**: Como criar experiências de aprendizagem engajadoras um guia completo do conceito à prática. 2ª edição. São Paulo, SP. DVS editora, 2015.

FREITAS, Maria Tereza. **Letramento digital e formação de professores**. Educação em Revista: Belo Horizonte, v.26, n.03, p.335-352, dez. 2010.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

OLIVEIRA, Esdras Carlos de Lima. Implicações do uso de mídias e de novas tecnologias no ensino de história. **Revista do Lhiste**, v. 1, p. 58-73, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa: Situar a emergência da História Pública e a constituição desse campo historiográfico. Possibilidades de intervenção e investigação da História Pública. Tempo presente, mídias, espaços não-formais de aprendizagem, comunidades e a História Pública. Ensino de História em seu diálogo com a História Pública.

Objetivo: Promover o debate sobre o entrecruzamento de dois campos: a História Pública e o Ensino de História; Reconhecer que a convergência dessas discussões dinamizam as práticas profissionais, as ações e as pesquisas, (re) significam saberes e fortalecem os sujeitos em seus embates, resistências e ações na esfera pública.

Bibliografia básica:

BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César. (org.). **Escrever história.** Historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Vitória: Milfontes, 2017.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. “O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história”. **História da Historiografia**, n. 13, 2013.

Bibliografia complementar:

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 37, n. 74, 2017.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, 2015.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar. Memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Ementa: A relação da história da surdez com a língua de sinais. Noções básicas da língua de sinais brasileira: espaço de sinalização, os elementos que constituem os sinais, noções sobre a estrutura e uso em contextos triviais de comunicação. Política de inclusão escolar e suas implicações para a educação de surdos: as adaptações curriculares e experiências educacionais bilíngües no Brasil e no Mundo.

Objetivos: Propiciar o desenvolvimento das habilidades necessárias para a aquisição das LIBRAS, favorecendo e auxiliando a comunicação entre professores e alunos, no processo de

desenvolvimento emocional, social, cognitivo e linguístico de crianças e adultos surdos; Conhecer os aspectos básicos da estrutura da língua de sinais; Conduzir práticas de ensino promotoras da educação bilíngue; Utilizar sinais básicos e contextualizados em práticas de ensino de História.

Bibliografia básica:

ANDREIS-WITKOSKI, Silvia.; FILIETAZ, Marta Rejane Proença (orgs.) **Educação de surdos em debate**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: UdUFSCar, 2014.

STROBEL, Karin. **A imagem do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

Bibliografia complementar:

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**. Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. 2. ed. Curitiba: Editora IBPEX, 2011.

GESUELI, Zilda Maria.; KAUCHAKJE, Samira; SILVA, Ivani Rodrigues. **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003.

LUCHESE, Maria Regina Chirichella. **Educação de pessoas surdas**. Experiências vividas, histórias narradas. São Paulo: Papirus, 2003.

13. REFERÊNCIAS

13.1. Legislação Geral

a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n°. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS.

b) Decreto Estadual N°. 7.585, de 22 de dezembro de 1993. Institui sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

c) Deliberação N°. 4.787, de 20 de agosto de 1997. Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

d) Deliberação CEE/MS N° 9943, de 12 de dezembro de 2012. Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, pelo prazo de seis anos, de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

e) Deliberação CEE/MS Nº 11.852, de 02 de dezembro de 2019, que prorroga o prazo de vigência da Deliberação CEE/MS Nº 9.943, de 19 de dezembro de 2012, que recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, até dia 31/12/2020.

f) Deliberação CEE/MS nº 12.238, de 06 dezembro de 2021, prorroga o prazo de vigência da Deliberação CEE/MS nº 9.943, de 19 de dezembro de 2012, que recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, até 31/12/2024.

g) Decreto Nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999. Aprova o Estatuto da Fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

h) Resolução COUNI-UEMS Nº 227 de 29 de novembro de 2002. Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

i) Resolução COUNI-UEMS Nº 438, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2014 a 2018.

j) Resolução COUNI-UEMS Nº 565, de 6 de dezembro de 2019. Ampliar o período da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, aprovado por meio da Resolução COUNI-UEMS Nº 438, de 11 de junho de 2014, para 31 de dezembro de 2020.

k) Resolução COUNI-UEMS Nº 581, de 13 de janeiro de 2021. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2021 a 2025.

13.2. Legislação Federal sobre os cursos de Graduação e de Licenciatura em História

a) Decreto Nº. 5.626, de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que inclui LIBRAS como Disciplina Curricular.

b) Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes e dá outras providências.

c) Portaria MEC Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC 4.059, de 10 de dezembro de 2004 e estabelece nova redação para o tema.

d) Parecer CNE/CP Nº. 003, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

e) Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.

f) Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

g) Resolução CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

h) Parecer CNE/CP Nº 8, de 6 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

i) Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

j) Parecer CNE/CES Nº 492, de 03 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

k) Parecer CNE/CES Nº 1363, de 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

l) Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação).

13.3 Atos legais inerentes aos Cursos de Graduação da UEMS

a) Parecer CNE/CES Nº 067, de 11 de março de 2003. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os Cursos de Graduação.

b) Parecer CES/CNE Nº 261/2006, 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

c) Resolução Nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

d) Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 057, de 20 de abril de 2004. Normas para utilização dos laboratórios da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

e) Resolução CEPE-UEMS N° 455, de 06 de outubro de 2004. Homologa a Deliberação CE- CEPE-UEMS N° 057, de 20 de abril de 2004, que aprova as normas para utilização de laboratórios na UEMS.

f) Resolução CEPE-UEMS N° 1.238, de 24 de outubro de 2012. Aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

g) Resolução CEPE-UEMS N° 1.569, de 19 de outubro de 2015. Altera a Resolução N° 1.238, do CEPE-UEMS, de 24 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2015.

h) Instrução Normativa PROE-UEMS N° 007, de 8 de abril de 2014 - dispõe sobre as Diretrizes para elaboração de Relatório de Autoavaliação de Curso dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

i) Resolução CEPE-UEMS N° 1.864, de 21 de junho de 2017. Homologa, com alteração, a Deliberação N° 267, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

j) Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 289, de 30 de outubro de 2018. Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

k) Resolução CEPE-UEMS N° 2.071, de 27 de junho de 2019. Homologa, com alteração, a Deliberação N° 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.

l) Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 268, de 29 de novembro de 2016, aprova normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

m) Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 304, de 30 de abril de 2020, altera a Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 268, de 29 de novembro de 2016, homologada pela Resolução CEPE n. 1.865, de 21 junho de 2017, que aprova as normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS.

n) Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 309, de 30 de abril de 2020, aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária

nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

o) Instrução Normativa Conjunta N° PROE-PROEC/UEMS N° 01 de 21 de agosto de 2020, Regulamenta a Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 309, de 30 de abril de 2020 acerca da adequação dos projetos pedagógicos para creditação da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

p) Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 310, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para a elaboração, execução e controle das Atividades Complementares de Ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

q) Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 312, de 30 de abril de 2020, dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.